

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

ENSP

***“A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador: das políticas públicas aos enunciados sindicais”.***

*por*

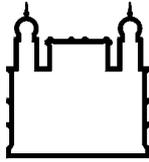
***Tarcísio Firmino da Silva***

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública*

.

*Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Cruz de Brito*

*Rio de Janeiro, outubro de 2009.*



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



*Esta dissertação, intitulada*

***“A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador: das políticas públicas aos enunciados sindicais”.***

*apresentada por*

***Tarcísio Firmino da Silva***

*foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mary Yale Rodrigues Neves

Prof.<sup>o</sup> Dr. Carlos Otávio Fiúza Moreira

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Cruz de Brito – Orientadora

Catálogo na fonte  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica  
Biblioteca de Saúde Pública

S586 Silva, Tarcísio Firmino da  
A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde  
do trabalhador: das políticas públicas aos enunciados  
sindicais. / Tarcísio Firmino da Silva. -- 2009.  
74 f.

Orientador: Brito, Jussara Cruz de  
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde  
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

1. Saúde do Trabalhador. 2. Escolas Públicas.  
3. Sindicatos. 4. Trabalho. 5. Educação. 6. Políticas  
Públicas. 7. Docentes. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.11

Dedico esta dissertação a todos os Profissionais da Educação Pública, que resistem e insistem em lutar por um mundo menos desigual.

“Trabalhar é bem mais que produzir com a ajuda de técnica, é viver um projeto herança” (Yves Schwartzt).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Dalva, a minha vida, seu amor, carinho e apoio - compartilhamos agora a dor do falecimento de sua mãe, minha querida e amada Avó Sebastiana. Ao meu pai, Pedro. Aos meus demais familiares, especialmente a Tia Antônia e Nina, e a prima Célia. A Cléia Schiavo Weyrauch, minha mãe intelectual, importante na minha formação, para a vida e para ciência.

Agradeço a minha Orientadora, Professora-Doutora Jussara Cruz de Brito, que me apresentou um novo modo de ver o mundo do trabalho, de uma perspectiva mais humanizada, com esperança de mudanças. Obrigado por compartilhar seus ensinamentos e sabedoria. Especial agradecimento e carinho a Professora-Doutora Kátia Reis de Souza, que foi a grande incentivadora e responsável por eu ter ingressado no mestrado. Obrigado por sua amizade e parceria. A Mary Yale Neves e Carlos Otávio Fiúza, por suas contribuições e apoio. Aprendi muito com vocês. A colaboração de todos os integrantes do grupo PISTAS, solidários nas dúvidas e na busca por respostas. Aos funcionários do CESTEJ, ao apoio da equipe e direção do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, do Colégio Estadual Engenheiro Bernardo Sayão e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis.

A Nicélio César Tonelli, *in memoriam*. A Osvaldo Munteal, Francisco Palomanes e Bernardo Kocher, professores de História Contemporânea. A Orlando Barros, erudito de história da música brasileira. A Norma Raunich, que no primário, na Escola Municipal Barão da Taquara, me ensinou a ler, escrever, cantar e desenhar o mundo. A professora Zilda Sueli, que no ensino médio, me incentivou nos caminhos da História. A todos os professores de todas as escolas públicas, aos meus alunos.

Agradeço a todos os meus amigos, minha família eletiva, verdadeiros irmãos – especialmente aos que estiveram mais próximos nesse processo: Rosa Zambrano, Octávio Miranda, Luciano Ximenes, Daise Lopes, Mário Sérgio Souza, George Bravo, Edison Borba, Letícia da Hora, João Lima, Jeremias Oliveira, Marcelo Santanna, Regina Castelo Branco, Roberto Girafa, Valéria Forti e Wíria Alcântara.

Particular agradecimento a Fátima Regina Arigoni Maia, grande amiga, que revisou o texto e o debateu comigo, muitas vezes. A Francisco Rogido Fins, intelectual instigante, grande amigo e poeta.

“(...) uma situação de trabalho contém as questões da sociedade. Inversamente, pela maneira como se trabalha, cada um toma posição nestes debates da sociedade e os recompõe na sua escala” (Yves Schwartz).

## RESUMO

Esta dissertação procurou analisar as tensões entre as políticas públicas e sindicais, buscando compreender os valores produzidos a propósito do trabalho docente do ensino público e suas relações com a saúde. Para esta análise buscou-se articular teórico-metodologicamente elementos da ergologia, das ciências sociais, das ciências políticas e da história, com destaque para o conceito de norma antecedente. Elegeu-se a internet como estratégia da pesquisa empírica, numa nova abordagem, por ser esta uma experiência inovadora e interessante – apesar das limitações que impõe. Foi realizada uma investigação sobre a questão da saúde do trabalhador nos sítios dos sindicatos, a partir da qual avaliou-se os conteúdos das informações veiculadas no meio sindical. Sobre tal questão constatou-se que a maioria não traz informações consistentes, sendo que alguns apenas enunciam a questão da saúde, de gênero, da defesa de um sistema público de saúde e de previdência pública.

**Palavras-chaves:** Saúde do trabalhador de escolas; sindicato de trabalhadores da educação; políticas públicas.

## **ABSTRACT**

This dissertation sought to examine the tensions between public policy and trade, seeking to understand the values produced by the way of teaching in public education and its relationship to health. For this analysis sought to articulate methodological elements ergonomics, social sciences, political science and history, with emphasis on the concept of rule antecedent. Elected to the Internet as a strategy of empirical research, a new approach, as this is something new and interesting - despite the limitations it imposes. An investigation on the issue of workers' health in sites of unions, from which we evaluated the content of the information provided through the union. I found that the majority has not shown consistent information, but some set out the issue of health, gender, defense of the public health system and public pensions.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – Questões conceituais e metodológicas</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO II – A Função Social do Trabalho Docente e a Configuração do Sistema Educacional Público</b>	<b>20</b>
II.1. A Educação Pública e seu lugar na Sociedade	20
II.2. O Percurso do Trabalho Docente como Trabalho	22
II.3 O Percurso da Escola como Lugar de Educação e Trabalho	23
II.4 As Políticas Públicas de Educação	27
<b>CAPÍTULO III – Enunciados Sindicais sobre o Trabalho Docente e a Saúde</b>	<b>33</b>
III.1 Coleta de Dados	37
III.2 Resultados	40
III.3 Análise Geral das Informações dos Sites	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>72</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>74</b>

## INTRODUÇÃO

Ingressei na Secretaria Estadual de Educação (SEE) do Rio de Janeiro no ano de 1998 como Professor Regente em História. Comecei a ministrar aulas para alunos na faixa etária entre 11 a 70 anos.

Com o passar do tempo, pude observar um constante quadro de desânimo, desmotivação e de outras “queixas” com relação às condições de trabalho dos professores da rede pública estadual de ensino, com especial atenção ao universo subjetivo e psíquico, provenientes das péssimas condições de labor. Minha própria experiência acabou por ilustrar este problema e deixou-me atento aos relatos e aos diálogos com os colegas de trabalho, onde encontrei, aos poucos, evidências de como nossas vidas profissionais e nossas relações, no ambiente de trabalho da unidade escolar, são afetadas por regulamentações advindas das políticas educacionais definidas por gestores públicos distantes da realidade escolar.

Regulamentações cuja mudança corriqueira deixou aos professores o incômodo da instabilidade no lidar pedagógico e com relação aos seus salários. Como podemos ver em Rocha & Gomes<sup>1</sup> onde dizem que:

Podemos evidenciar que tais políticas (...) além de destinarem recursos insuficientes à educação, implicando baixos salários, falta de infra-estrutura e excesso de trabalho para o professor, estabelecem uma organização do processo de trabalho em que a dimensão político-institucional (poder frente aos procedimentos e gerenciamento do processo – organização do trabalho escolar) e a dimensão pedagógica (contextualização das demandas locais e interferência na construção curricular – articulação entre concepção e execução) estão excluídas da intervenção cotidiana do professor. Neste sentido, toda comunidade escolar sofre, incluindo alunos e familiares, uma vez que é a burocracia funcional que serve como modelo para as práticas educacionais. (p.251)

Essa burocracia funcional, a qual os autores fazem referência é produto das políticas públicas e reflete-se, por exemplo, no “Programa Nova Escola”, instituído pelo decreto 25.959 de 12 de janeiro de 2000, sendo utilizado até 2006. Apresentava um caráter eminentemente neoliberal, com elementos repressivos e desagregadores da força de trabalho. Dentre esses elementos, destacam-se as gratificações que, usadas como item punitivo, transformaram-se num fator de tensão, por concorrência ou preocupação entre professores de uma mesma unidade e suas chefias, pois o resultado final do

programa era fruto de uma avaliação coletiva e vertical da unidade escolar. O programa Nova Escola foi um grande exemplo do efeito das políticas públicas para a educação, atuando sobre atividade e a saúde dos docentes de forma direta.

O foco desta pesquisa é a saúde dos professores, mais especificamente os sentidos e valores que são produzidos sobre a questão saúde e trabalho docente. Assim, buscamos contribuir para novas perspectivas conceituais mais ligadas ao sentido da atividade, do trabalho, tal como o grupo de pesquisa PISTAS<sup>2</sup>, que valoriza a questão social como uma importante categoria analítica incorporada ao pensamento sanitário, ofertando-nos um saber constitutivo e essencial à promoção de saúde, tendo como elementos nucleares o apoio à saúde, à construção de modelos, à produção de explicações para os processos de saúde/enfermidade/intervenção, e à produção de práticas de promoção e prevenção de doenças.

(...) defendendo que a saúde-doença está sempre associada ao trabalho, as pesquisas desenvolvidas pelo grupo buscam uma atualização conceitual pertinente a esse campo de estudos, assim como o desenvolvimento de métodos que contribuam para compreender e transformar as situações de trabalho e vida desfavoráveis à saúde. Nesse sentido, essas investigações se alimentam principalmente de abordagens que exploram as potencialidades do conceito de atividade, visando uma análise mais fina do processo saúde-doença, considerando que a experiência prática dos trabalhadores é fundamental para a promoção da saúde e para a prevenção de adoecimentos, assim como para a emergência de novas questões de pesquisa.<sup>2</sup>

Pierre Bourdieu<sup>3</sup> costumava ilustrar sua visão de sociedade como um móbile de Cálder, formado de pequenos universos que se balançam uns em relação aos outros, num espaço com várias dimensões, onde os sujeitos realizam seu movimento e diversificam as formas de viver, em contraposição à costumeira representação da sociedade como uma pirâmide.

Em cada unidade escolar (UE), os docentes, também, realizam seu movimento, inseridos numa diversidade de situações. A particularidade societal e relacional em cada escola são dadas não pela regra legal, mas por uma dinâmica peculiar de cada espaço. No organograma da SEE – que representa sua organização hierárquica e operacional - temos as escolas e os centros de ensino supletivo, mas como no móbile de Cálder, são pequenos universos com realidades diferenciadas.

Se considerarmos o papel das políticas públicas na produção de valores sobre a saúde e o trabalho docente, não podemos nos esquecer da importância dos sindicatos, inclusive porque a implementação de políticas públicas também depende da pressão que se faz para que estas aconteçam e sejam instituídas. Se o sindicato fica enfraquecido, sua força reivindicatória fica igualmente fragilizada. Cabe frisar ainda que os sindicatos são agentes importantes na consumação das investigações na saúde do trabalhador e no auxílio à implementação de mudanças, pois o perfil militante é característica do campo da saúde do trabalhador, surgido dentro de um movimento de crítica à saúde pública tradicional.

Assim, temos que considerar que uma dificuldade dos dias de hoje está na crise da representatividade sindical. Ela se dá em duas vias, por um lado a desmobilização dos profissionais docentes em sua grande maioria, por outro, a grande quantidade de desfiliações assim como a não-filiação de uma boa parte dos professores recém chegados (admitidos) à rede. Por outro lado, constata-se a dificuldade do sindicatos em atrair os docentes e se comunicar com eles, bem como atender às suas demandas. Esse descompasso enfraquece o sindicato diante da sua atuação junto ao poder público. O Executivo constrói suas políticas públicas a partir das demandas sociais como um todo, e das demandas políticas, típicas do exercício do poder.

Neste ponto cabe chamar a atenção que a Internet é um meio de comunicação instantâneo, através do qual os movimentos sociais se mobilizam com maior velocidade. Ela tem sido utilizada para socializar o conhecimento, noticiar as mudanças e acelerá-las, como também, um meio de comunicação entre o sindicato e seus membros, um “feedback” dos associados para com sua instituição representativa. Logo, entendemos que os sítios dos sindicatos (instituições que devem expressar os interesses coletivos das categorias as quais representam) podem dar pistas, indícios importantes sobre como a questão da saúde é por eles tratada. Sendo assim, nos perguntamos: como integrantes dos movimentos sociais, as instituições sindicais, nos últimos tempos, vêm se valendo do uso da Internet para divulgar suas ideias e diretrizes, ou simplesmente informar sua atuação, seu endereço e telefone?

Por intermédio do exame de dados levantados em 35 sites de sindicatos de todo Brasil<sup>i</sup>, buscou-se perceber como estes abordam a problemática da saúde do

---

<sup>i</sup> Deve-se ressaltar que ao longo da pesquisa foram visitados mais de 35 sites de sindicatos de professores em todo o Brasil e constatou-se que muitos desses, que até bem pouco tempo restringiam suas filiações aos professores das redes públicas de ensino, hoje já estão aceitando adesões de docentes da rede privada.

trabalhador, levando-se em consideração a influência que exercem enquanto força política para a formulação de Políticas Públicas.

O objetivo desta dissertação foi o de realizar um debate sobre a questão da saúde do trabalhador docente atravessada pelo conceito de normas antecedentes<sup>4</sup>. Buscamos compreender os valores e modelos disseminados pelas políticas públicas e pelos sindicatos sobre o trabalho e a saúde do professor da rede pública de ensino. Primeiro discutimos aspectos teóricos e metodológicos que conduzem o trabalho – capítulo 1. Em seguida, discutimos acerca do protagonismo dos professores ao historicizar sobre as mudanças e objetivos das políticas educacionais, assim como das repercussões das políticas públicas nas prescrições que governam o trabalho nas escolas – capítulo 2. No último capítulo, retomamos a discussão sobre as normas antecedentes e suas consequências na construção de ambientes “fiéis” para a saúde. A seguir, apresentamos neste mesmo capítulo a pesquisa feita a partir de sítios dos sindicatos na internet, nos quais buscamos um ângulo para avaliar a questão da saúde como tema de lutas sindicais dos trabalhadores – capítulo 3.

Entendemos que a articulação desses três capítulos permite avaliar como as tensões entre as políticas sindicais e políticas públicas interferem no trabalho dos professores da rede pública, enquanto fatores que inspiram as prescrições, as normas que regem o trabalho na unidade escolar.

## CAPÍTULO I

### Questões Conceituais e Metodológicas

O estudo de qualquer tema relacionado à saúde do trabalhador requer especial atenção para a multiplicidade dos fatores que a envolvem, e o tema da Saúde Coletiva - que representa uma forma de encaminhamento da saúde pública, em que a questão social é enfatizada - é o abrigo mais adequado à saúde do trabalhador, pois a atividade de pesquisa relacionada ao trabalho e saúde demanda ser enriquecida através do uso de diversas abordagens. A conjunção de práticas sociais em saúde, com a valorização das questões sociais, é de primordial importância para a saúde do trabalhador. Não há como pensar sobre este universo, sem abordar as dinâmicas societárias envolvidas nos problemas. É o que em essência lhe difere e a libera de limites, como aqueles experimentados pelas pesquisas na área da saúde ocupacional ou da medicina do trabalho.

Na pesquisa sobre saúde do trabalhador, é importante estar atento à multidimensionalidade, à dinamicidade do processo, à interação entre diversos elementos e às constantes mudanças, e observar como acontecem os riscos e os danos, e como se produz saúde para o trabalhador. O que diz respeito ao ser humano não pode ser conclusivo: ele muda, e com ele a sociedade onde vive. O homem é um ser que se constrói historicamente (sua sociedade e sua cultura), estabelece sociedades singulares cultural e organicamente, em espaços geográficos diferenciados. É na complexidade dessas sociedades que estão os trabalhadores docentes, imbricados em redes complexas de relações micro e macro sociais, micro e macro econômicas.

Conforme Minayo<sup>5</sup>, a ciência é apenas uma forma de expressão da busca, não exclusiva, não conclusiva e não definitiva de explicações para os significados da existência individual e coletiva; da busca dos significados do inconsciente coletivo, da vida cotidiana e do destino humano. A Saúde do Trabalhador, na sua atividade de produção de conhecimento requer, como os demais campos disciplinares, a aplicação de regras de cientificidade. Cientificidade pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos<sup>5</sup>. A relação entre o pesquisador e seu objeto de estudos é definitiva: é o interesse de um pelo outro que motiva a escolha, porém nenhum investigador é incólume as suas tendências ideológicas, e, portanto, não está protegido numa suposta neutralidade: ela não existe.

Diz o historiador inglês Collingwood<sup>6</sup>, sobre a pesquisa histórica, mas que nos serve aqui,

O conhecimento histórico é o conhecimento daquilo que o espírito realizou no passado e, ao mesmo tempo, é a reconstituição disto, a perpetuação de ações passadas, no presente. O seu objetivo, portanto, não é um mero objeto, algo que está fora do espírito que o conhece; é uma ação do pensamento, que só pode ser conhecida na medida em que o espírito conhecedor a reconstitua e a conheça, simultaneamente. Para o historiador, as ações cuja história ele estuda não são espetáculos para ver, mas experiências para viver no seu próprio espírito. São objetivas, ou conhecidas por ele, apenas porque também são subjetivas, ou ações suas. (p.277)

O status de cientificidade, ou o estatuto de cientificidade – para o paradigma hegemônico de ciência- é que garante a objetivação e a credibilidade do estudo, evitando desvios que não coadunam com a ciência, com a aplicação conceitual e metodológica de mecanismos de interpretação da realidade. Não é demais alertar para o cuidado de não se deixar seduzir pela técnica, sob o risco de transformar o tema de pesquisa num espaço de aridez.

Sendo assim, a pesquisa em saúde do trabalhador requer uma articulação íntima entre diversos campos do conhecimento, dependendo da interdisciplinaridade para perscrutar questões atinentes à saúde em relação ao trabalho (como fonte de saúde e como foco de agravos à mesma). A própria terminologia "saúde do trabalhador", nos põe diante de um importante paradigma, pondo em foco aquilo que degrada a saúde no lugar onde se trabalha, o ambiente, vendo-o como um conjunto, e assim também percebendo as doenças a partir de uma perspectiva coletiva. O trabalho tem esse caráter contraditório, por um lado uma relação ontológica com o ser humano, por outro elemento de expropriação e aproveitamento econômico. O próprio universo da saúde pública, ao qual pertence a saúde do trabalhador, é um campo científico que atua na produção de conhecimento e práticas em saúde, numa perspectiva multidisciplinar, articulando diferentes saberes, em busca do bem estar coletivo dentro de uma prática social.

A atividade de trabalho dos professores, ao cabo de tudo, pode se tornar fonte de agravos à saúde, principalmente a partir das relações subjetivas. Cremos que a perspectiva ergológica<sup>4</sup> tem muito a contribuir neste assunto, pois entende que para compreender as situações de trabalho é necessário identificar as normas que são

impostas (normas antecedentes) e as renormatizações efetuadas pelos trabalhadores. Existem normas presentes antes do início da atividade (elas são propostas ou impostas), já estão dadas, antecedem à atividade. E existem normas engendradas pelos próprios trabalhadores nas situações reais de trabalho, inerentes à atividade, chamadas de renormatizações,

Todas as escolhas que serão feitas no micro do trabalho, são uma maneira de gerir – e então ponderar – o resultado dessas transformações ou a sequência da história dessas transformações – que ninguém pode prever precisamente porque não se sabe como vão se operar as escolhas e as decisões nesse tipo de situação.

Não se trata portanto de miopia. A perspectiva ergológica obriga, ao contrário, a colar permanentemente o micro e o macro, a partir do momento em que ela aponta o fato de que toda atividade de trabalho encontra escolhas, debate de normas e logo encontros de valores<sup>4</sup>. (p.33)

As normas são experiências vividas no próprio espírito, funcionando como uma referência que determina a vida. Conduzem a sociedade e se expressam nas tradições e na cultura. Na trama da vida de cada ser humano se constituem singularmente, porém não aleatoriamente. Cada um constrói para si uma normalidade e a partir dela se adapta a sociedade na qual vive e participa, de acordo com sistemas de valores historicamente construídos. Conforme Canguilhem<sup>7</sup>, a norma “*é um julgamento de valor, é uma noção-limite que define o máximo de capacidade psíquica de um ser*”, e a saúde um meio de enfrentar e superar as disparidades da vida.

No trabalho temos as *normas* (prescrições) que antecedem o trabalho. Indiretamente temos todo um conjunto de fatores históricos antes da consumação do trabalho e que de alguma forma influenciam sua configuração através das normas que o regem. Os valores sociais, as tradições, e as políticas públicas influenciam na organização e na elaboração das normas para a realização do trabalho. A norma é resultado de um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos que, ao interagirem, se posicionam antes do trabalho. Para Schwartz<sup>8</sup>, “*em ergologia as normas antecedentes são aquelas que já estão instituídas. A vida é um meio que se configura em normas, que são formadas no curso da vida (no seu questionamento) o homem é um ser interrogante. A possibilidade de mudança está no movimento do real*” (p.41). Entende o trabalho como um lugar de confrontação dialética, de polarização entre a norma antecedente e a atividade. As normas são aprendidas ou apreendidas no ambiente de trabalho, onde há sua transgressão. O desvio é a renormatização, que indica a

capacidade criativa do ser humano e sua capacidade normativa. Dejours<sup>9</sup> nos atesta o protagonismo dos trabalhadores,

A característica maior do “trabalhar” é que, mesmo que o trabalho seja bem concebido, as determinações e os procedimentos claros, é impossível alcançar a qualidade respeitando escrupulosamente as prescrições. (...) Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo.(...) O caminho entre o prescrito e o real deve ser inventado ou descoberto a cada vez pelo sujeito que trabalha. (p.38)

Ao reorganizar, dentro dos limites possíveis a sua atividade, o trabalhador produz novas normas e assim, renormatizações. Por fim atesta Bonaldi<sup>10</sup>, saúde é capacidade normativa.

Para o universo do trabalho, as normas que são estabelecidas para o seu funcionamento, igualmente obedecem a valores sociais que antecedem, e que inspiram a construção de um sistema legal.

As normas antecedentes estão ligadas aos rumos das políticas públicas e sindicais (constituídas em função de valores e demandas sociais, de projetos políticos e econômicos) que podem se concretizar em regulamentos, portarias, decretos, ou leis que configuram e regulam a atividade: uma prescrição. As renormatizações sinalizam uma reação: como o trabalho é realmente executado, como as normas são geridas. Sua qualidade e significado merecem atenção, pois indicam como o trabalhador “leva a vida”, e qual “uso faz de si por si”<sup>9</sup>. Isso envolve identificar a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real, e identificar nas situações de trabalho as variabilidades humanas (inter e intra-individual) e as variabilidades técnicas (sistemas técnicos, organizacionais, imprevistos e disfuncionamentos). São esses os primeiros passos para identificar as estratégias dos profissionais para se adequar ao sistema, mesmo quando este não lhes dá orientação, ou quando a norma lhe é nociva: investigar os espaços de normatização e re-normatização autônoma destes profissionais no intento de cumprir o "contrato didático", de torná-lo viável<sup>4</sup>.

Nesta perspectiva, observamos as possibilidades de reação às políticas educacionais por parte da categoria dos docentes, que são a base, junto a seus sindicatos. Buscamos o que deve ser o professor em sala de aula, quem é, efetivamente, o professor, aquele trabalhador em interação com seu ambiente profissional, por sua vez tributário das decisões governamentais, percebendo-o como um indivíduo que apesar de formado e informado em instituições, também tem um espírito próprio de *ethos* e de

*habitus* (Bourdieu<sup>3</sup>, 1989) profissional, ensejando um espírito de corpo, uma marca, uma identidade profissional (como categoria de trabalho) e social (status social e posição de classe, como cruzamento entre esses dois itens).

Desta forma, a promoção de saúde dos trabalhadores está diretamente ligada à organização do trabalho, pois dela dependem a viabilização das alternativas de atuação dos trabalhadores e a reapropriação do saber e do poder decisório do trabalho<sup>1</sup>. (p. 269)

É na discussão e na articulação entre as dimensões pedagógica e político-institucional da prática do magistério, que podemos pensar as lutas pela saúde na educação. O esvaziamento do trabalho do professor na escola (Rocha<sup>1</sup>, 2001), representa uma sensação de impotência para criarem alternativas, esvaziamento construído ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna e capitalista. Mas será na análise das condições históricas, e através das intervenções micropolíticas com proposições consistentes de caminhos que se dará a preservação da saúde.

A questão do trabalho do professor, sob o ângulo das políticas públicas, apresenta questões e ideias que animam a definição das diretrizes, da organização do trabalho na escola e, conseqüentemente, a definição das normas construídas efetivamente no ambiente de trabalho.

Nosso interesse, então, é também discutir como os sindicatos dos professores se relacionam com a questão da saúde, enquanto elemento imbricado na produção de situações favoráveis de vida e bem estar, como tema de reivindicações e lutas. É importante averiguar como se insere a atividade sindical na produção de normas.

Na construção deste trabalho procuramos demonstrar as relações e os debates que foram se estabelecendo entre os trabalhadores docentes e a sociedade, demonstrando que os professores participam das mudanças sociais, ensejando até a avaliação de sua identidade como trabalhador e como protagonista na construção da educação pública. Abordamos o tema das políticas públicas fazendo um histórico das regulamentações da Educação Pública no Brasil e seus reflexos na escola, lugar onde se verifica sua aplicação, através das normas que são estabelecidas para seu funcionamento - a prescrição de como deve funcionar a escola. O esclarecimento desse conjunto de ideias, modelos e regras, que são as normas que antecedem o trabalho dos mestres em suas escolas, apontam indícios quanto às condições em que ocorrem possíveis agravos à saúde, suas manifestações no cotidiano do professor e como a categoria reage e

empreende ações transformadoras. A possibilidade de encontrarmos tais reações no movimento sindical foi o que nos fez optar pela pesquisa junto aos sindicatos que representam os profissionais do setor público de ensino através de seu endereço na rede mundial de computadores.

A pesquisa on-line pode nos fornecer evidências sobre a forma como cada sindicato está atuando, em que áreas e o modo como tais informações são disponibilizadas para os sindicalizados. A opção do recorte se deu por motivos diferentes, de um lado o uso dessa ferramenta, a Internet, como uma forma atual de pesquisa, por outro, a avaliação parcial sobre a transparência e a socialização das informações a respeito da instituição sindical, e suas atividades, projetos e programa. Por fim, objetivamos ainda, mas de forma secundária, desenhar um quadro sobre como anda a interatividade entre os sindicatos e a categoria dos docentes.

O serviço público e as instituições que o representam sofrem as contradições permanentes geradas na tensão entre os negócios econômicos e os negócios da cidade<sup>4</sup>. É essencial fazer uma conexão entre o micro e o macro, e partirmos em busca de respostas, as quais não são simples nem de dar nem de se achar. E a proposta da pesquisa pela Internet busca uma perspectiva para deslindar algumas questões, ou talvez oferecer caminhos para a mudança, num universo de processos não-lineares, mas dialéticos. Estamos buscando sinais e indícios que possam nos apontar novos horizontes para interpretar a qualidade das lutas pela saúde, e sua emergência como tema efetivo de políticas sindicais e sociais.

## CAPÍTULO II

### **A Função Social do Trabalho Docente e a Configuração do Sistema Educacional Público**

#### **II. 1. A Educação Pública e seu Lugar na Sociedade**

No mundo contemporâneo, o aumento do desemprego e a necessidade de se manter a ordem e a coesão social levam a uma grande reflexão acerca do papel do Estado e a questão civilizacional<sup>11</sup>. Como pano de fundo, o fenômeno da globalização e o neoliberalismo forçaram o redesenho do Estado e seu papel na sociedade contemporânea. As questões sociais passaram a ser tratadas como problemas de gerenciamento – reduziram-se a um complexo contábil que relaciona custos e benefícios – visando a uma eficiência econômica e redução do custeio da máquina pública.

Nesse cenário, inclui-se a questão civilizacional e as modificações nas expectativas de reprodução e preservação da sociedade, sob forte pressão dos valores capitalistas – absorvidos através da ideologia do mercado e da sociedade de consumo – se impondo aos direitos sociais básicos expandindo o individualismo, fragilizando a solidariedade e a capacidade de mobilização coletiva, enfraquecendo os movimentos sociais, entre eles as instituições sindicais. Tantas novidades, entretanto, não apontam, segundo Pastorini<sup>11</sup>, a emergência de uma nova questão social, mas as mesmas questões sociais repaginadas num novo contexto, ou seja, uma nova problemática, mas não uma nova questão. Como consequência, teremos a imposição de novas regulações sociais advindas dos setores dominantes, que lançam mão de sua influência sobre o Estado para empreendê-las. Assim, a manipulação do sistema de ensino público no que tange ao seu funcionamento, às suas normatizações, corroborará com as políticas de contenção das vulnerabilidades sociais causadas pela degradação das relações de trabalho e das redes de proteção social, fruto da dinâmica capitalista.

A crise na articulação sindical dos trabalhadores contribui para a efetivação de tais regulações. Por conseguinte os professores, protagonistas de nosso estudo, também participam de uma posição não privilegiada dessa crise. A discussão sobre a crise social, sobre novas questões sociais, impregna a relação do professor público com o Estado. Este ao aventar o uso do sistema educacional como sistema

auxiliar de compensação social reduz o tema do trabalhador docente a uma discussão sobre a possibilidade de o colapso do sistema por em risco a coesão social.

Oliveira<sup>12</sup> nos alerta que antes a escola era organizada em torno das demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e pelas exigências produtivas, numa divisão entre os que trabalham e os que exploram o trabalho. Agora essa racionalidade está ameaçada. Para o Estado, o papel do professor como educador que auxilia no preparo de novas gerações para o trabalho, sofreu alteração, ele se tornou também um personagem importante como pacificador da pobreza, como participante involuntário de uma política compensatória. Para Rocha & Gomes<sup>1</sup>:

O implemento da separação entre trabalho manual, identificando a trabalho duro, sacrificante, e trabalho intelectual, entendido como enriquecimento do homem, alimento para o aprimoramento de sua própria natureza, dissociará gradativamente o trabalho intelectual de sua perspectiva desgastante, disciplinada, descaracterizando o ensino como trabalho. Neste sentido, trabalhar de dia e estudar a noite, por exemplo, não se constitui em dupla jornada de trabalho, mas oportunidade de crescimento, de relaxamento das tensões de um dia cansativo. (p. 257)

Afinal a escola pública é a instituição que está presente na maior parte dos lugares, e mais próxima da sociedade, sinalizando a presença do Estado. Mais que um posto de saúde ou um posto policial. A escola na verdade é a única instituição presente na maior parte dos bairros de uma cidade, além de engendrar um círculo de relações sociais que ultrapassam seus muros, e, na figura dos alunos e seus responsáveis, estabelece contato com a realidade de seu entorno e se intera com ela.

Resumindo, a escola e seus profissionais participam da crise da modernidade na medida em que sua capacidade de promover a igualdade social e civilizatória se acha prejudicada. A fé na capacidade do ensino de melhorar as condições de vida também, pois não há empregos para todos, e o estudo não é mais garantia de mobilidade social.

Ao pensarmos sobre a educação e sua relação com a saúde do trabalhador docente, é bom nos atermos a algumas evidências empíricas. Elas estão presentes nas normas impostas pela política educacional, referenciada numa política social empreendida pelo Estado e nas renormatizações, produzidas pelos trabalhadores, que podem estar expressas pelas políticas sindicais.

## II. 2. O PERCURSO DO TRABALHO DOCENTE COMO TRABALHO

Foram os gregos que inspiraram no ocidente a estruturação do ensino. Os filósofos gregos estabeleceram desde o início, um cisma entre a atividade intelectual e o trabalho manual que atravessou a Idade Média européia, e alcançou o mundo moderno e o contemporâneo, ratificando o lugar dos que pensam oposto ao lugar dos que produzem materialmente. A reflexão sobre o trabalho do professor público exige tanto pensar sua significação social quanto pensar a própria história do conceito de trabalho, e seu sentido no mundo moderno, afetado pelas dinâmicas econômicas, públicas, políticas e sociais. Sabemos que, como dizem Rocha & Gomes<sup>1</sup>,

As demandas por conquista de qualidade de vida no cotidiano educacional, por saúde no trabalho escolar surgem como conseqüência de uma certa ação coletiva que vem sendo tecida por professores, funcionários e alunos e que, sem dúvida, se pauta no reconhecimento de que as atividades do magistério, independente do amor pelo próximo, pelo gosto de ensinar que tradicionalmente as articulam ao sacerdócio ou à maternidade, se constituem enquanto trabalho que tem uma história definidora de política-institucional e pedagógica.

É essencial entendermos que a escola é o lugar do trabalho docente na sociedade moderna, é onde o professor se torna parte de uma coletividade institucionalizada. Sendo assim, nosso ponto de partida está no que une a educação e a escola, para entendermos como se dá a inserção do professor, do trabalhador docente, visto que nem sempre a educação teve como *locus* tradicional a escola.

Nas sociedades primitivas, antes do advento do estado, o trabalho tinha um caráter comunal. Estava associado à aprendizagem. Mas como explicar isto? Bem, recuperemos o conceitual marxiano<sup>13</sup>,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza; processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (...) o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente a sua construção antes de transformá-la em realidade. (p.211)

Marx<sup>13</sup>, ao falar de trabalho, aponta a conexão entre homem e natureza, e a ação que um exerce sobre o outro. Ao mesmo tempo o trabalho realizado pelo ser humano transforma o próprio homem, porque opera sobre sua realidade. Um modifica o outro num movimento de duplo sentido. Os “modos de fazer” não são perdidos, tornam-se heranças que são passadas através da aprendizagem da cultura. Nas sociedades contemporâneas a complexificação das relações sociais e da estrutura social, e a divisão e a hierarquização do trabalho, reorganizou o modo como essa herança é deixada de uma geração a outra. Um setor se especializou pela formação dos cidadãos para a vida social e produtiva, que é o setor educacional, dividindo-se nas sociedades capitalistas em privado e público. Ele tem importância crucial na reprodução das sociedades através do tempo, assim como na perenidade existencial de sociedades e estados uns perante os outros. Resgatando a comparação de Marx<sup>13</sup>, no trecho citado anteriormente, entre o trabalho da abelha e de um ser humano, o trabalho realizado por um professor não deve ser apenas aquilo que figura em sua mente. Deve ser também reflexo da coletividade onde se insere. Então aquilo que compõe seu ofício, o conhecimento e a forma de ensiná-lo e fazer dialogar nas mentes de outros, no dia-a-dia, de alguma forma deve afetá-lo, transformando-o. Seu resultado é imaterial e intrínseco a cada ser, mas é trabalho.

### **II. 3 O PERCURSO DA ESCOLA COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

A perspectiva, da educação como interação, foi o mote da “Escola Nova”, movimento encabeçado no Brasil por Anísio Teixeira<sup>ii</sup> nos idos dos anos 30, que visava contrapor-se à escola tradicional, num momento em que o mundo era sacudido pela efervescência cultural dos anos 20 pós-Primeira Guerra Mundial, e pela construção das identidades nacionais, em alguns casos a partir de uma modernidade reacionária - fosse na Europa os fascismos mais virulentos dos dois importantes países unificados no século XIX, Alemanha e Itália, fossem os nacionalismos dos jovens países da América Latina, em clara busca por sua identidade nacional e numa sintonia opaca com o momento europeu.

O sujeito epistêmico que surge deste burburinho não está somente nas escolas, está em todos os lugares. A Primeira Guerra, como último suspiro do Antigo

---

<sup>ii</sup> Um dos precursores do pensamento sobre a educação no Brasil. Foi também um dos autores do projeto da primeira LDB.

Regime, também é o marco da nova sociedade, onde a morte em larga escala virou metáfora viva dos regimes fabris de trabalho, perpassando com vigor as relações sociais e a cultura. A escola "moderna"<sup>iii</sup> guarda muitas semelhanças com esse momento. O taylorismo-fordismo<sup>iv</sup> projetado para as fábricas inspira os governos que priorizam o ensino técnico, o weberianismo<sup>v</sup> inspira a profissionalização do serviço público, e o compasso do tempo e a medida dos resultados passam a itens obrigatórios. Para Rocha e Gomes<sup>1</sup>, tais princípios se articulam ao modo de produção taylorista / fordista, estruturando uma burocracia ineficiente voltada para o pragmatismo e a aceleração das ações pedagógicas, para a racionalização dos meios e massificação do ensino.

Mesmo hoje, podemos encontrar sinais da metodologia toyotista japonesa<sup>vi</sup>, moda nos anos 80, no meio educacional: é comum o discurso da participação do professor na elaboração do plano pedagógico, os formulários argüindo por sugestões, e mesmo os incentivos à inovação na escola. Um funcionário que inova no trabalho e aumenta a eficiência do sistema, eis o *leitmotiv* do toyotismo. Barros<sup>14</sup>, em seu trabalho sobre a implementação de novas diretrizes na Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES no período 1989-1992, nos diz que “*a (...) prática usual da secretaria era ‘ouvir as escolas’. Entretanto, sabiam que, conforme nos sugere Guattari, um grupo ‘cuja causa é ouvida’ é tendente ao grupo sujeito, ou seja, aquele que continua submetido à hierarquia e não se apropria autonomamente do seu processo*” (p.57).

Assim, o aceno com uma postura aparentemente democrática, não implicou em mudanças sistêmicas e estruturais, e o que a autora cita com relação à prefeitura de Vitória, também é prática comum em outros lugares, como na Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Para a administração pública o profissional de educação é administrativamente reconhecido.

Émile Durkheim<sup>15</sup> disse que “*a sociedade é a melhor parte de nós, uma vez que o homem não é homem senão na medida em que é civilizado*”. É comum na abordagem dos problemas relacionados à educação a ênfase na lida com o aluno. Não é sem razão. Todo estudante, no discurso comum, é depositário de uma expectativa de

---

<sup>iii</sup> A referência aqui é a escola contemporânea permeada pelo discurso do novo.

<sup>iv</sup> Metodologia de parcelamento do trabalho e organização social e gerencial da mão de obra, aplicados a produção em série.

<sup>v</sup> Referente a Max Weber, pensador da sociologia, que propunha o aperfeiçoamento burocrático do Estado.

<sup>vi</sup> O emprego do termo está relacionado ao discurso de ouvir aquele que realiza um determinado trabalho com o intuito de aumentar a eficiência do trabalho e de seu resultado final.

futuro e continuidade, seja da família, em primeiro plano, seja da sociedade, num sentido mais amplo: é quando, parafraseando Durkheim<sup>15</sup>, ele se torna homem. O próprio conceito de nacionalidade passa pela afirmação da identidade social e cultural, que na visão de Nobeit Elias<sup>16</sup>, se trata de um processo civilizatório, um processo de construção de uma civilidade ancorada numa suposta tradição. Portanto, em assunto tão vital para a sobrevivência identitária de um grupo social, nada mais óbvio que falar dos herdeiros e de suas instruções informadas pelo testamenteiro: o professor.

Cabe a ele a tarefa de articular o conhecimento, transpondo-o e gerindo-o didaticamente, dentro de uma racionalidade que atenua as diferenças entre os indivíduos e os conforme num corpo social, entretanto negligenciando a multiculturalidade e a heterogeneidade das sociedades modernas, bem como a diversidade subjetiva dos indivíduos, entre eles os próprios professores como trabalhadores da educação.

A problemática do trabalhador docente, dentro da perspectiva teórica exposta, pode aproveitar-se dessa reflexão se substituirmos o aluno pelo professor.

A flexibilidade, a descentralização, o respeito à diferença e o reconhecimento da alteridade, elementos da retórica pós-modernista e tão presentes na nova regulação educativa que toma a escola como locus do sistema e lugar por excelência da articulação entre o global e o local, exigem do trabalhador docente a capacidade de mobilizar-se nessas distintas dimensões. Contraditoriamente, os professores vêm-se envolvidos em uma ideologia que cultiva e valoriza a diferença, a transdisciplinaridade, o trabalho coletivo, o desenvolvimento de competências e habilidades, mas continuam a ser contratados por meio de contratos individuais de trabalho, para lecionarem disciplinas específicas e remuneradas por hora-aula de 50 minutos. (Oliveira<sup>17</sup>, p. 771)

A função social do seu trabalho está relacionada à função social do professor, seu status social e seu significado, e a inserção da unidade escolar no universo amplo das políticas públicas para o setor educacional. A noção de trabalho, ainda arraigada à noção de trabalho mensurável, no que tange a avaliação do trabalhador educador é uma problemática diferenciada por conta da "imensurabilidade" do trabalho do professor. Nos processos de avaliação discente o problema não é o mesmo? Avaliar a quantidade ou a qualidade da aquisição de conhecimentos.

A primeira vista, parece-nos, o progresso seria sinalizado com o reconhecimento do docente como um dos protagonistas do processo e sua inserção no campo de diálogos sobre a educação. Seria fundamental a mudança de cultura da

política educacional. Seu entendimento no que concerne ao papel do profissional de educação, ao lugar do aluno, e as expectativas da sociedade rumo, a uma transformação profícua. Um debate sobre "saber" e "dirigir"<sup>vii</sup>.

A escola perdeu, assim, o seu prestígio ganho no século XIX. Ela já não aparece apenas como instrumento de “cultura” ou como “escola”, com funções oficializadas de educação e de instrução; a crítica pedagógica fá-la mostrar-se como local de reprodução das relações sociais de produção. A escola prepara proletários e a universidade prepara dirigentes, tecnocratas e gestores da produção capitalista. Sucodem-se as gerações assim formadas, substituindo-se uma pelas outras na sociedade dividida em classes e hierarquizada. Uma instituição revela-se “polifuncional” (não sem disfunções e fracassos). A escola e a universidade propagam o conhecimento e formam as gerações jovens segundo “padrões” (patterns) que convêm tanto ao patronato como à paternidade e ao patrimônio. Há disfunção quando o saber crítico inerente a todo o conhecimento dá origem a revoltados. As funções maciças da escola e do liceu sobrepõem-se a função “elitista” da universidade, que filtra os candidatos, desencoraja ou afasta “os que se desviam”, permite o “establishment”. Assim, os três graus de ensino (primário, secundário e superior) não entram apenas como efeitos ou produtos na divisão social do trabalho, doutrina já exposta, por vezes em nome da crítica liberal e moderada. Eles fazem parte dela como causas e razões, como funções estruturas e subordinam-se aos diversos mercados capitalistas (o das mercadorias, que estimula a produção – o do trabalho, que fornece os trabalhadores). (Lefebvre<sup>18</sup>, p.192)

---

<sup>vii</sup> Refiro-me a administração do sistema do educacional pelos gestores públicos.

## II. 4. As Políticas Públicas de Educação

Ao nos debruçarmos sobre a estrutura de ensino e seus elementos fundantes, havemos de refletir antes sobre seus antecedentes institucionais (o que foi o ensino público antes de se constituir em rede), suas redes de imbricamento político, seus processos políticos. Questionar quem são e que visões e interpretações de mundo têm seus atores, quais os caminhos historicamente percorridos.

Da mesma forma que os homens são socializados através das instituições, elas também são marcadas pela sua história, por sua historicidade. Cada instituição carrega a marca não de um, mas de vários de seus membros. Não é a ação individual que transforma, mas a capilaridade institucional aos desejos de diferentes indivíduos, um ato coletivo. Como trabalhadores do setor educacional, o ofício de professor está relacionado a essa capilaridade institucional, onde são partícipes como atores protagonistas. A qualidade social do trabalho docente confere um diferencial importante, pois é através dele que se dá a continuidade de um determinado grupo social.

A educação é uma importante moeda na consolidação da estrutura social<sup>viii</sup>, pois dela provém elementos essenciais à participação cidadã. O lugar do professor é bem próximo a quem se destina seu trabalho, e essa proximidade influencia na visibilidade política com relação as suas demandas. Esping-Anderson<sup>19</sup> nos diz que quando os trabalhadores desfrutam de direitos sociais, o salário social reduz sua dependência em relação ao mercado e aos empregadores, transformando-se numa fonte potencial de poder. E cita Myrdal e Myrdal no mesmo texto que diz (...) *os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas, política social não é só emancipadora, é também uma pré-condição da eficiência econômica.*

Esse aspecto nos chama atenção para os direitos sociais, enquanto elementos fundamentais na constituição de um cidadão pleno. Entre estes direitos está a Educação, essencial para estabelecer os parâmetros de civilidade e identidade nas sociedades complexas modernas. Como um dos itens, no mundo moderno, para

---

<sup>viii</sup> Referimo-nos ao fato de que é por meio da educação que são passadas as tradições de uma sociedade, é por meio dela, que ela pereniza sua existência. No caso brasileiro, por exemplo, durante o Estado Novo foi feito um grande esforço, através da educação, para construir o sentido de nação e nacionalidade entre os brasileiros. Ver, entre outros GOMES, Ângela Maria de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

eficiência econômica e progresso de uma nação, ela é também importante fator de progressão social. O Brasil contemporâneo ainda enfrenta dificuldades e dilemas no seu sistema educacional, os quais são, frequentemente, responsabilizados como contribuintes de situações de desigualdade social e de desigualdade econômica, causando prejuízo ao seu desenvolvimento. Em meio a essa realidade está o professor público.

Considerando a importância do histórico institucional das políticas públicas para a educação, na análise das condições de trabalho dos educadores públicos, a seguir faremos uma breve apresentação das dinâmicas institucionais, tendo dois objetivos. Primeiro, fixar historicamente o período onde se configurou a legislação brasileira acerca do sistema educacional, e que serviu de ponto inicial para as discussões que se seguiram, principalmente após a redemocratização do Brasil na década de 80, com a elaboração da Constituição de 1988. Segundo, averiguar que atores estavam presentes nas dinâmicas institucionais e nos escaninhos das estruturas do poder, identificando-lhes as demandas e suas redes políticas.

Ao longo dos últimos 40 anos o setor educacional público tem sido alvo de diversos projetos, ora preocupados com a universalização do ensino, ora preocupados com sua inserção nos grandes projetos de desenvolvimento econômico. Há uma tensão entre pensar o setor do ponto de vista da demanda social, com perspectiva social crítica, e também econômica – mão de obra qualificada -; oposta à demanda por qualificação da mão-de-obra *semiquificada*, sem fomento de espíritos críticos, aliada ainda à velha tradição política. No caso brasileiro, o debate sobre o marco legal de nosso sistema educacional data dos anos 40, sendo mais afetado pelas questões econômicas a partir dos anos 50 com o desenvolvimentismo, até se consubstanciar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE), lei nº4024/61, de 20 de dezembro de 1961 – o tempo de trâmite, de 1948 a 1961, indica a sensibilidade da questão. O projeto inicial previa a construção de um plano nacional e integral de educação, enveredando tanto pela organização do sistema educacional, com a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação, quanto pela operacionalização e distribuição de recursos (Romanelli<sup>20</sup>, 1985).

Na prática, os conselhos se tornariam responsáveis por elaborar e fiscalizar o planejamento do sistema de ensino, impondo critérios relativos à obtenção de resultados e distribuição de verbas. As discussões que antecederam sua aprovação, naquela época, envolveram interesses opostos ao espírito da lei, que apesar de muitos

entraves, pretendia reorganizar e impor um padrão de funcionamento a todo sistema educacional, visando à melhoria de qualidade da educação e sua transformação, ampliando o caráter seletivo do sistema, até então formado numa perspectiva aristocrática, como lembra Romanelli<sup>20</sup>, de acesso restrito e ligado à possibilidade de mobilidade social e de status: o país dos bacharéis.

Do ponto de vista político tradicional era nocivo um sistema educacional que incentivasse uma visão crítica do mundo. O Brasil ainda vivia uma realidade política onde, apesar de terem perdido algum espaço, as oligarquias regionais ainda mantinham-se fortes, o que foi constatado no golpe de Estado de 1964, e “grilavam” a estrutura do Estado: a LDBE significaria uma ameaça a seus interesses.

No tocante à ordem econômica, os centros empresariais ainda não demandavam quadros de mão de obra melhor qualificados. Naquele momento bastava uma massa de trabalhadores semiquualificados, formados numa rede paralela vinculada ao governo e aos empresários (SENAC e SENAI), onde se separou educação e treinamento profissional, ou seja, mundo do trabalho e mundo intelectual. Era um sistema que tinha funcionalidade econômica e política, pois além de fornecer trabalhadores adequados a um determinado tipo de produtividade, também consolidava a política populista, herança getulista, ainda presente nos anos 60. Combinação de nível de treinamento e escolaridade baixos, represando demandas salariais e sociais. Segundo Oliveira<sup>17</sup>,

A nova regulação das políticas educativas interfere na organização de todo o sistema escolar, passando por todas as mediações até a escola. Os sistemas escolares continuam a contribuir na regulação da sociedade, quer como agências formadoras de força de trabalho, quer como disciplinadores da população, papel que ganha relevância no que se refere aos pobres, em face das transformações sociais. Sendo assim, a função da escola regular não se restringe à qualificação para o trabalho formal, mas deve contemplar, ainda e, sobretudo, a divisão do trabalho com a complexidade recente trazida pelo crescimento dos setores informais. Os programas de reforma que se propõem a organizar a educação básica, de caráter geral, com o papel de formar a força de trabalho adequada às exigências últimas do capitalismo, também objetivam disciplinar a pobreza. (p764)

Por outro lado, a urbanização e aumento da escolaridade nos centros urbanos, junto ao crescimento das classes médias e as demandas sociais represadas, fez vicejar movimentos sociais significativos em prol da educação, é quando vemos nas

ruas manifestações em sua defesa. Finalmente um importante ator é introduzido, a presença de professores e estudantes na luta pela educação. Nos diz Romanelli<sup>20</sup> que:

após 64, a redefinição do processo político e do modelo econômico criou, em princípio, condições para o agravamento da crise no setor educacional, então desfavorecido em ambos os lados (do setor político e, até certo ponto, do setor econômico), mas já contando com certo grau de politização de estudantes e professores. (p.257)

A crise do sistema educacional no começo dos anos 60 aumentou a pressão social pela reorganização do setor, em direção à expansão de oportunidades e a inovação. Encontrou obstáculos na estrutura de poder, que tratou de absorver a crise através da aprovação da LDBE, que foi modificada para melhor atender os interesses políticos, em detrimento dos sociais, e mesmo dos econômicos.

Segundo Horta<sup>21</sup>, a ideia de um plano nacional de educação, tal como era concebido pelos liberais da Educação brasileira, foi concretizada até certo ponto, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para o liberal essa lei era o plano, a intenção pautava-se em um objetivo maior, ligado à política de desenvolvimento econômico brasileira influenciada pelo nacional-desenvolvimentismo<sup>ix</sup>.

Percebeu-se a necessidade de um planejamento educacional no país, mas o plano enfrentou problemas, no que concerne à distribuição dos recursos públicos. Infelizmente foi vitoriosa a perspectiva que lhe deu um perfil ligado à distribuição de recursos, sendo assim, ficou prejudicada a possibilidade de planejamento integral do sistema educacional, cabendo ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação, na prática, por lei, não a tarefa propriamente dita de planejar e fiscalizar, mas de fixar critérios de distribuição de recursos:

No contexto do serviço público, foco de nossa pesquisa intervenção, cada vez mais a palavra de ordem é “racionalização” de recursos, corte nos orçamentos já insuficientes, contingenciamento de recursos, tudo em nome de um superávit primário que visa garantir o pagamento das dívidas públicas. (Horta<sup>21</sup>)

Vemos a clara influência dos setores retrógrados da política brasileira atuando de forma patrimonialista sobre o Estado, ao priorizar o fluxo de caixa para manter o financiamento de outros “assuntos” que não a educação.

---

<sup>ix</sup> Pensamento que acreditava na industrialização como meio de modernização econômica e social de um país.

A modernização propiciada pela LDBE serviu para integrar melhor o Brasil no âmbito do capitalismo internacional e o sistema educacional serviu como instrumento auxiliar do Estado, condicionante da infraestruturação do desenvolvimento capitalista. A modernização atendeu aos interesses internos e externos, com o primeiro atuando como intermediário do segundo. Os convênios firmados com a United States Agency for International Development (USAID) – organismo de cooperação ligado ao governo americano -, pelo governo brasileiro, não foram cumpridos totalmente (Horta<sup>21</sup>). Suas consequências repercutiram no ensino profissionalizante do 1º grau, fornecendo profissionais semiqualeificados; no ensino técnico de 2º grau, cuja função era conter a demanda pelo ensino superior. E ainda nos anos 1970

(...) terá lugar uma ampla privatização do ensino frente às pressões advindas da falta de credulidade da escola como aparelho de reclassificação do indivíduo na sociedade e por perspectivas de maiores oportunidades no mundo do trabalho. Sucessivas mudanças administrativas e metodológicas serão iniciadas ao sabor das mudanças políticas, dos interesses eleitorais, sem a interferência dos professores<sup>21</sup>. (p. 258)

Deve-se frisar que esse percurso é de certa forma algo próximo de alguns dilemas enfrentados pela educação pública no século XXI. Os determinantes das políticas públicas estaduais para a educação, com autonomia limitada perante a atual LDBE, ainda são dúvidas, negociações e disputas entre os “gestores” do ensino, a categoria dos profissionais docentes e os usuários do sistema – os alunos-, em diferentes graus de mobilização e atuação política. Ainda hoje, há uma grande tensão nas negociações que determinam o repasse e a partilha de verbas entre os entes federativos, mas não igual dispêndio de energia para a reforma do sistema educacional.

No Estado do Rio de Janeiro, as tentativas limitam-se em instituir sistemas de avaliação da qualidade do ensino que repercutem na vida dos docentes. As políticas relativas ao setor educacional influenciam diretamente seu ofício, e mantêm as questões salariais atreladas à disponibilidade de investimento do Estado em educação. Além disso, os professores são, em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema. Diante desse quadro, os professores veem-se, muitas vezes, constrangidos a responsabilizarem-se pelo êxito ou insucesso dos programas de reforma, bem como a se vitimarem diante das precárias condições objetivas para a realização das suas novas tarefas<sup>17</sup>.

Os sistemas educacionais estão parametrados em uma realidade escolar ilusória que negligencia os agentes sociais e as suas dinâmicas, isentando os *gestores* públicos, que por sua vez, apenas, objetivam atender a demanda por oferta de vaga no ensino público. Como diz Silva<sup>22</sup>,

Trazendo isto para o campo do ensino público vemos que, na realidade, tal discurso se configura na ampliação da oferta de vagas, sem a criação das condições que garantam a qualidade do ensino (sequer as existentes), como a proporcional contratação de profissionais diversos para as escolas. O mundo real é de salas cheias, precarização geral de condições de trabalho, salários rebaixados, “flexibilizados” por gratificações por produtividade (de indicadores no mínimo discutíveis), profissionais e alunos insatisfeitos.

É uma espécie de mediação entre as diversas esferas tecnocráticas maiores (gestores federais, estaduais e municipais), e as esferas burocráticas menores (as subdivisões da SEE, as coordenadorias, os pólos e finalmente as Escolas). O professor não tem nessa mediação um papel significativo. Sua posição tem sido subalterna, sua visibilidade para o sistema tem sido opaca. É o inverso do que deveria ser. Sabemos que só a mobilização coletiva e o engajamento nessa causa podem fazê-lo destacar-se perante o poder público, principalmente quando angaria simpatia da sociedade. O professor também tem seu quinhão de participação no “establishment”<sup>x</sup>.

Cabe ainda ressaltar que a escola funciona numa dinâmica própria. Existem parâmetros legais que regulam a atuação do professor – as normas antecedentes -, mas há uma distância para a realidade considerável entre a letra legal e a sua viabilidade – entre o prescrito e o real. A lei tem um caráter universal, entretanto o professor atua em realidades diferenciadas em vários níveis e sessões. A estrutura da educação desfavorece o professor.

---

<sup>x</sup> Entendido como ordem política e social de um determinado grupo estabelecido no poder.

### CAPÍTULO III

#### **Enunciados sindicais sobre o trabalho docente e a saúde.**

Este capítulo está pautado numa pesquisa feita a partir de sítios dos sindicatos na internet com os quais buscamos um caminho para avaliar a questão da saúde como tema de lutas sindicais dos trabalhadores. Tendo sido priorizado uma dada perspectiva, essa pesquisa pela internet oferece apenas um lado da questão e, assim, apresenta limitações.

Afinal, quando apresentam uma pauta de reivindicações, ou elaboram seu estatuto, ou ainda definem sua estrutura organizacional e suas estratégias de lutas e política sindical, os sindicatos estão também estabelecendo, como propositores, normas que antecedem o trabalho, que o regulam. A luta política sindical elege temas como remuneração, condições de trabalho e condições sociais, que deságuam na contestação das posturas legais vigentes – leis, decretos, circulares, etc-, e apresentam outras para modificá-las ou substituí-las.

Os sindicatos são organismos institucionais que se movem em função das reivindicações de classe. Não se pode perder de vista que o histórico dos sindicatos (Athayde et al<sup>23</sup>) remonta aos processos ditatoriais e aos processos de contenção das massas (durante a Época Vargas).

A história da formação dos sindicatos no Brasil tem dois momentos. Num primeiro, foram germinados na militância dos trabalhadores, e noutro, absorvidos pelo Estado Novo, o que nos remete ao fato de que os mesmos passam a ter a função corporativa, não para referenciar os trabalhadores, mas para arregimentar as forças de trabalho ou para apascentá-las. Então é preciso observar o quanto este organismo já evoluiu no contexto político brasileiro – desde a Era Vargas, e passando pelo período da ditadura militar instaurada pelo Golpe de Estado de 1964 - para chegar a, efetivamente, defender as categorias as quais representam, redefinindo sua condição de continuidade e mobilidade.

É importante apontar que um sindicato se constrói a partir de uma coletividade, que no nosso caso é a dos professores. É necessário que a própria categoria se mobilize e se redefina, na compreensão do individual e do coletivo; que sinalize uma

nova dimensão, de individual e coletivo, para resgatar a essência de saúde, de bem estar; de bem para cada um e, se não para todos, para a coletividade.

O professor, como categoria, parece adormecido em relação ao seu cotidiano de trabalho na escola. Adormecido frente as suas próprias demandas. Ao longo dos últimos anos nos parece alheio ao seu destino e isso parece ser fruto de uma crise identitária, a qual também atravessa a atuação de seu sindicato, carente de maior suporte advindo da categoria a qual representa.

Mas nos alertam Barros, Heckert e Oliveira<sup>24</sup> que dizem:

conforme sinalizam alguns autores (KOWARICK, 1977; SPÓSITO, 2000), acentuar a inoperância e passividade dos trabalhadores tem servido, em nosso país, para enaltecer e eleger alguns grupos sociais, e até mesmo o próprio Estado, como protagonistas exclusivos das transformações históricas. Desse modo, este viés sobredecodificador que seleciona e perfila, de forma dualista, o que vem ser luta e passividade, político e assistencial, revolucionário e conservador também se insinua na ação sindical, fixando de um lado aqueles que fazem a luta política e de outro, em oposto, os que estão preocupados com ações concretas e emergenciais.

A crise de identidade pela qual passa a categoria dos trabalhadores docentes está relacionada de certa forma aos objetivos da escola pública contemporânea e sua posição na sociedade, que por sua vez sofre a interferência do atual estágio da sociedade capitalista, no que tange ao lugar da educação no desenvolvimento econômico dessas sociedades. Aqui fica bem clara a preocupação do Estado em propagar uma política educacional e funcional que esteja atrelada ao crescimento econômico do país. Antigamente, o professor era considerado um elemento de classe média, e sua atividade frequentemente identificada a algo próximo ao sacerdócio, com grande prestígio social, assim como a educação era garantia/facilitadora de ascensão econômica e social, o que hoje não se verifica. Segundo Pessanha<sup>25</sup>, era consensual considerar o professor como membro das classes médias, pois seu trabalho tem um caráter não-manual dentro da atividade humana. Entretanto, nos dias atuais, há a perspectiva de se encarar o professor como uma categoria que foi proletarizada graças ao achatamento salarial e a perda de prestígio da profissão perante a sociedade – cabe ainda lembrar que quando há defasagem salarial, concomitantemente há femininização da mão-de-obra, o que acaba por incorrer na questão de gênero. A cobrança de produtividade, de índices de desempenho, a banalização da atividade com a desespecialização e a introdução de figuras como a do explicador e a do voluntário, por

exemplo, implicam numa invasão do espaço profissional antes exclusivo de profissionais formados e licenciados como docentes. Somemos ainda o aumento do enquadramento burocrático através das regulamentações, repercutindo no decréscimo da autonomia pedagógica, além da implantação de uma pedagogia empresarial que entende a unidade escolar como uma unidade de gestão, evidenciando um pensar sobre a escola pública dentro da perspectiva de um projeto político neoliberal.

O espaço de realização profissional na atividade de educar foi sendo alterado e limitado nas suas possibilidades, e o problema definitivamente não ficou circunscrito à remuneração. Estavam postas variantes de cunho social, político e econômico que carregavam a escola de “infidelidades”<sup>7</sup> para o bem estar dos trabalhadores docentes.

Segundo Barros, Heckert e Oliveira<sup>24</sup>, durante muito tempo o movimento sindical teve dificuldades em incorporar a discussão acerca da relação subjetividade, saúde e trabalho.

A questão da saúde do trabalhador parte da saúde do indivíduo, e esse ponto nos remete ao paradigma indiciário de Ginzburg<sup>26</sup>, onde pistas mínimas, esparsas e superficiais, podem nos ajudar a compor um quebra cabeças e nos indicar o “real” estado das coisas. A observação de um elemento *sui generis*, leva à busca por elementos semelhantes, até que, em grupo, juntas estabelecendo interseções, coletivamente as informações, fruto das observações, apontem um problema, quiçá uma solução. Os indícios, ainda que ínfimos, nos permitem elaborar um quadro diagnóstico da saúde do trabalho, pois conforme Ginzburg<sup>26</sup>, baseado na semiótica médica<sup>xi</sup>, “*o historiador se compara ao médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente*” (p.156). Logo, se lidamos com uma realidade não muito clara, também temos zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las.

Então, o ponto de partida, que não deixa de ser a linha de Canguilhem<sup>7</sup>, é a saúde do indivíduo; como cada ser pensa ou compreende a normalidade.

A nossa sociedade, de base capitalista, formata ou conduz os indivíduos a uma noção quase irreal de normalidade, desprezando as especificidades de cada indivíduo.

---

<sup>xi</sup> Disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo (Guinzburg<sup>27</sup>, p.150).

Neste contexto social, qualquer indivíduo padece, sobretudo, do medo de adoecer. Diz Canguilhem<sup>7</sup> que “*o normal é um julgamento de valor (...). Estar doente significa ser nocivo ou indesejável, ou socialmente desvalorizado*”.

A experiência de cada um é posta a parte, já que cada indivíduo ainda se preocupa com o normal, melhor dizendo em parecer normal, de modo que sua reivindicação costuma ser pela compreensão do problema alheio, mas nunca pelo seu próprio problema. Em um cenário de subestimação da doença por receio da desvalorização social.

Então o que é realmente saúde e o que é doença?

A categoria dos docentes precisa responder esta pergunta para redefinir a doença em termos de estatutos reivindicáveis institucionalmente. O que é doença para um professor? Cada professor (ou cada pessoa) deve poder definir para si o que lhe perturba, isto é, ser capaz de analisar racionalmente suas dificuldades, perceber que existe uma idéia diferente daquela consagrada pelos padrões sociais acerca do que é saudável.

Se conseguirmos, através da pesquisa e da sua divulgação, levar essas pessoas a se perceberem como agentes transformadores da sua sociedade, talvez possamos contribuir com uma maior união da categoria que repercuta o suficiente para que os sindicatos se mobilizem. É preciso observar que a maioria dos indivíduos que formam os sindicatos são trabalhadores que vivenciam ou vivenciaram os problemas de sua classe, portanto tem a experiência da atividade que defendem, bem como parte do conhecimento necessário para descobrir as infidelidades.

Desta forma, mudar, rever os modos de ver e ler a vida é a conduta que as pessoas precisam tomar como meta para chegar à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

No contexto de discussão da tripolaridade proposta por Schwartz<sup>4</sup>, vale lembrar que o político e o mercantil têm embasamento técnico para dirimir ou ajudar a definir suas prioridades, enquanto o pólo das gestões fica atrelado às discussões do individual que ainda estão apenas no âmbito dos debates. O trabalho do pesquisador é auxiliar na identificação dos problemas, estudá-los e oferecer alternativas para uma possível resolução ou atenuação.

Ainda em Schwartz, pretendemos observar as conexões viáveis entre os pólos, os debates que se efetivam no “*dispositivo de três pólos por onde circulam os saberes, para conhecer as normas antecedentes e compreender os recentramentos*”

*operados na atividade*”<sup>4</sup> (p.269), pois este seria o lugar do encontro, a matriz da interdisciplinaridade onde cada disciplina se transforma em “competências disciplinares” que devem se re-trabalhar por meio da participação no debate com o pólo dos saberes investidos na atividade (forças de convocação e revalidação) e o pólo das dimensões éticas, de reconhecimento do nosso semelhante como alguém atravessado pela dramática do uso de si.

### **A coleta de dados**

A opção pela Internet está relacionada ao fato de que queríamos fazer uma averiguação abrangente sobre a presença do tema da saúde nos sítios dos sindicatos e avaliar como esse assunto é abordado. Fixamos como foco os sindicatos que representassem os profissionais do setor público de ensino que necessariamente tivessem um endereço na rede mundial de computadores. Nossa primeira referência foi a lista dos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), presente no site da instituição. Posteriormente fizemos um levantamento na Internet, procurando identificar a existência de instituições não filiadas à confederação ou as centrais sindicais, mas que abordassem o tema da saúde em seu site. Constituiu-se numa importante ferramenta para essa pesquisa o site de buscas *Google*, pois a partir dele conseguimos localizar vários sítios de sindicatos.

Inicialmente foi feito um levantamento de dezembro de 2008 à janeiro de 2009 cuja data de término foi dia 27. Posteriormente, a mesma pesquisa foi revisada de fevereiro até 27 de março de 2009. Nesse período procuramos acompanhar se haveria alguma alteração no estado das coisas.

A partir daí buscamos averiguar a ausência ou a presença do tema da saúde, sendo esta em relação ao fornecimento de assistência médica e a sua natureza; se diretamente e/ou por meio de ambulatório na sede do sindicato; por plano de saúde próprio e/ou através de convênios com clínicas ou planos de saúde; ou, mesmo, com o simples fornecimento de medicamentos. Investigamos se o tema aparece conjugado com a discussão da saúde do trabalhador, com a saúde coletiva e atividade de formação/informação do trabalhador. E ainda, se era abordado na perspectiva da saúde ocupacional ou mesmo da medicina do trabalho.

Buscamos compreender que matiz permeia a atuação dos sindicatos, quando há, no que concerne a relação saúde e trabalho, alguma informação. Procuramos

pela existência de textos, conselhos, sugestões, indicações ou grupos de discussão sobre o assunto. Em outras palavras, buscamos reconhecer as possíveis ‘normas’ que são propostas pelos sindicatos: os ideais transmitidos e os modelos de ação que são valorizados. Esta perspectiva pode ser concebida como uma incursão no pólo do político<sup>4</sup> visando compreender as forças que atuam na direção da conquista de saúde e da elaboração de políticas públicas de educação.

Por fim, optamos também por observar a questão de gênero, identificando qual é a participação das mulheres, a partir dos cargos que ocupam na hierarquia sindical, a existência de políticas específicas para elas assim como a presença de secretarias específicas para a questão de gênero. Para tanto observamos quem são os ocupantes dos cargos e sua importância na burocracia sindical, a existência de atividades, textos, grupos de discussão ou políticas direcionadas para as mulheres.

Inspiramo-nos também em Silva e Athayde<sup>23</sup> acerca das suas considerações sobre pesquisa realizada em João Pessoa, que ilustramos com o seguinte trecho:

Em nossas investigações, até aqui (1999), percebemos um quadro paradoxal no que tange ao tipo de ação sindical no plano da relação entre saúde e ambiente de trabalho. Por um lado, a queixa recorrente de um quadro de nocividade, mal estar, sofrimento, formas de adoecimento já instaladas. Por outro, a CNTE encomendou uma pesquisa nacional, já concluída e disponível para os dirigentes. Concluindo este cenário, a ausência quase absoluta de encaminhamento de lutas por estas mesmas direções que encomendaram a investigação, e têm acesso a seus resultados.

Nessa ausência de encaminhamento das lutas, da qual falam os autores, podemos constatar o enfraquecimento do pólo político, a sobrecarga no pólo da gestão, e o fortalecimento do mercado, tomando como referência o esquema tripolar de Schwartz<sup>4</sup>. E remetendo mais uma vez a Ginzburg<sup>26</sup>, como estamos lidando com uma realidade não muito clara, estamos buscando sinais e indícios que possam nos apontar novos horizontes para interpretar a qualidade das lutas pela saúde, e sua emergência como tema efetivo de políticas sindicais e sociais.

Antes de apresentar os resultados desta pesquisa, cabe sinalizar que colocamos um foco especial sobre dois sindicatos – o Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM), com os quais o Grupo Pistas (em parceria com o Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho, da

Universidade Federal da Paraíba, e o Grupo Actividade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) desenvolveu o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas<sup>27</sup>. Este programa objetivou, segundo Souza<sup>28</sup>, realizar uma

intervenção na problemática da precarização do trabalho nas escolas públicas, no que diz respeito aos seus efeitos sobre o quadro de saúde-doença dos trabalhadores através da formação destes para sua autodefesa e desenvolver uma metodologia de monitoramento das relações entre as situações de trabalho nas escolas e a saúde, incorporando a dimensão do gênero. Consolida a experiência de formação de trabalhadores e a construção de uma comunidade ampliada de pesquisa.

O programa de formação foi desenvolvido a partir de uma demanda dos trabalhadores, conforme podemos ver abaixo:

Cabe ainda acrescentar que esta iniciativa teve como demanda inicial o pedido de socorro que emergiu do movimento dos trabalhadores de escola do Rio de Janeiro, através do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE-RJ). Em seus fóruns buscavam entender o que estava em curso com a saúde deste coletivo nas escolas, pois os próprios trabalhadores percebiam o crescente número de colegas afastados ou em vias de adoecimento. Tal proposta de experimentação foi em seguida negociada com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM). Tivemos, portanto, a parceria com os dois sindicatos representantes dos diferentes segmentos profissionais do trabalho em escola, em ambas as regiões. (Silva<sup>29</sup> 2009).

Todo o percurso deste Programa significou um esforço “*por entender o trabalho como uma relação social que não é somente heterodeterminada, mas produto de homens e mulheres concretos que mobilizam a si e às redes sociais pertinentes para desenvolver sua atividade*”<sup>29</sup>. A dramática cotidiana dos trabalhadores não é plenamente consciente para eles, e muitas vezes foge à observação dos especialistas. Assim, o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas, se referenciou num dispositivo de formação-pesquisa-intervenção, para construir um programa de formação baseado na Promoção da Saúde “*a partir das situações de*

*Trabalho (PSST), que pode ser entendida como o processo continuado de compreensão/apreensão, por trabalhadores e pesquisadores profissionais, do real das situações de trabalho, em sua relação com a saúde-doença, com o fim de – a partir dos locais de trabalho – monitorar a organização e as condições de trabalho para atuar preventiva e propositiva nas fontes potencialmente causadoras de danos à saúde, afirmando e validando as formas de luta eventualmente já em curso”<sup>29</sup>.*

## **Resultados**

Nesta pesquisa foram visitados sites de sindicatos que representam os setores públicos, estaduais e municipais. Documentamos nossos achados construindo uma tabela onde procuramos demonstrar objetivamente nossos dados, como um resumo da informação obtida. A seguir elaboramos um pequeno levantamento contendo as informações obtidas, muitas vezes o que achamos foi lacônico, mas sabemos que aquilo que não aparece também é um indício importante.

Analisando o quadro quanto ao aspecto quantitativo encontramos 35 sites, conforme demonstra. Destes, 30 são filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e 25 à Central Única dos Trabalhadores (CUT). São 4 sindicatos na região centro-oeste, 6 na região norte, 12 na região nordeste, 6 no sul e 7 no sudeste. Nove Estados possuem mais de um sindicato. Vale chamar a atenção, para a ausência de sites de sindicatos de trabalhadores da educação pública nos Estados do Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

Contamos na região Centro-Oeste, com 4 sindicatos, um por estado, e todos de abrangência estadual. Todos filiados à CNTE, e somente 1 não é filiado a CUT.

Já a região Norte conta com 6 sindicatos, 1 em cada estado. Todos são filiados à CNTE. Não há indicação de que o SINTEPP participe da CUT.

No nordeste temos o caso de Pernambuco com dois, sendo um de abrangência estadual e um municipal, sendo ambos filiados à CNTE, e o municipal à CUT. O Ceará vem com dois sindicatos de abrangência estadual, e ambos filiados à CNTE e à CUT. Na Bahia verificamos a existência de dois sindicatos, sendo um estadual e outro municipal, este último filiado à CUT, e ambos filiados à CNTE. O

Estado de Sergipe conta com um sindicato municipal e outro estadual, e ambos filiados à CUT e CNTE.

Na região sul do país, tem o Paraná com dois sindicatos, sendo um estadual e outro municipal, mas ambos filiados à CUT e à CNTE. O Rio Grande do Sul figura com três sindicatos, sendo um de abrangência estadual e filiado à CUT e à CNTE, e os outros dois municipais.

Já na região sudeste, tem o Estado de Minas Gerais com 2 sindicatos, ambos de jurisdição estadual, mas apenas um filiado à CUT e CNTE. O Rio de Janeiro, conta um de âmbito estadual, e um de âmbito municipal. O Estado de São Paulo tem 3 sindicatos, sendo dois em todo o Estado, destes, um filiado à CUT e à CNTE, e um na capital, filiados apenas à confederação.

Antes de procedermos a uma análise geral da tabela, faremos uma breve apresentação sobre os seus itens. No item *Assistência a Saúde*, consideramos somente quando o próprio sindicato presta dentro de sua estrutura o atendimento ao filiado. Já no item *Pesquisa* quando há atividade de pesquisa ou convênios com instituições, como universidades, fundações. Quanto à *Discussão de Gênero* quando há alguma informação no site a respeito, ou setores na estrutura do sindicato. Em *Histórico de Lutas pela Saúde* está se considerando a luta efetiva, atividade de formação/informação, ou a existência de setores na estrutura do sindicato que sugira que isso aconteça. E finalmente na parte *Convênio/Saúde*, estamos considerando as informações relativas a convênios médicos, odontológicos, de psicologia, de fisioterapia, com farmácias, planos de saúde.

Numa análise geral da tabela temos os seguintes indicativos: quanto à saúde, 09 sindicatos aparentemente fazem algum tipo de pesquisa, 09 encaram a saúde do ponto de vista da assistência ao trabalhador, 15 mantêm convênios de saúde, 17 deles parecem enunciar o tema da saúde como luta dos trabalhadores.

QUADRO DOS SINDICATOS PESQUISADOS											
Região	Sindicatos		Filiação		Gestão Feminina	Saúde		Discussão de gênero	Histórico/Luta Saúde	Convênio/ Saúde	
	Sigla	Estado	CUT	CNTE		Assist.ao trabalhador	Pesquisa				
CO	1	FETEMS	MS	X	X		X	X	X	X	X
	2	SINPRODF	DF		X			X	X		
	3	SINTEGO	GO	X	X						
	4	SINTEP-MT	MT	X	X				X	X	
N	5	SINSEPEAP	AP	X	X				X		
	6	SINTEAM	AM	X	X						
	7	SINTEPP	PA		X					X	
	8	SINTER	RR	X	X				X		X
	9	SINTERO	RO	X	X		X				X
	10	SINTET	TO	X	X					X	
NE	11	APEOC	CE	X	X		X				X
	12	APLBSINDICATO	BA		X						
	13	SINDIPEMA	SE	X	X	X				X	
	14	SINDIUTE	CE	X	X	X	X	X		X	X
	15	SINPROESEMMA	MA		X						X
	16	SINPROJA	PE	X	X						
	17	SINTEAL	AL	X	X	X	X	X		X	
	18	SINTEMJP	PB	X	X						X
	19	SINTEPE	PE	X	X	X	X		X		
	20	SINTEPIAUI	PI	X	X	X					
	21	SINTE-SE	SE	X	X						
	22	SISPEC	BA	X	X			X			
S	23	APPSINDICATO	PR	X	X		X	X	X	X	X
	24	APRES	RS			X				X	X
	25	CPERS	RS	X	X			X			
	26	SINDPROFNH	RS			X					
	27	SINTE-SC	SC	X	X				X	X	
	28	SISMMAC	PR	X	X	X		X		X	
SE	29	AFUSE	SP	X	X					X	
	30	APEOESPSUB	SP	X	X	X		X		X	X
	31	APPMG	MG			X				X	X
	32	SEPE	RJ					X	X	X	X
	33	SINDUTEMG	MG	X	X					X	X
	34	SINPEEM	SP		X		X			X	X
	35	SPMM	RJ			X	X				X
Total	35	Totais gerais		25	30	11	09	10	09	17	15

Para um melhor entendimento dividimos a pesquisa pelas regiões brasileiras. Num total foram pesquisados 35 sites de sindicatos, assim organizados: na Região Centro-Oeste 04, na Região Norte 06, na Região Nordeste 12, na Região Sul 06, e na Região Sudeste 07.

A seguir apresentaremos uma sucinta descrição das entidades sindicais com o intuito de traçar um perfil qualitativo, a partir das informações encontradas em cada site, e assim avaliá-los para nossa pesquisa. Lembrando que estas informações nos dão apenas uma perspectiva da questão, um indício. Organizamos em ordem alfabética de região, e dentro de cada região, em ordem alfabética a partir do nome do sindicato, ou seja, tal qual a tabela anterior.

## **SINDICATOS DA REGIÃO CENTRO OESTE**

A região centro oeste possui 03 Estados e o Distrito Federal, e 04 sindicatos, tendo cada estado um sindicato.

a) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL - FETEMS.

Representa os trabalhadores em educação do Mato Grosso do Sul.

Seu site é [www.fetems.org.br](http://www.fetems.org.br).

É filiado a CUT e a CNTE. Sua diretoria é mista. Possui um departamento específico para a Mulher Trabalhadora. Possui estatuto on-line. O sindicato oferece transporte gratuito para os servidores em tratamento na CASSEMS (Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul), que é responsável pela manutenção do plano de saúde dos servidores estaduais de Mato Grosso do Sul.

Na parte de Planos de Lutas destacam-se os seguintes trechos:

- a. Elaborar cartilhas, cartazes, informativos sobre a saúde dos/as trabalhadores/as em educação, com temas com Síndrome de Burn-out, cuidado com a voz, LER, etc.
- b. Estabelecer parcerias ou convênios com órgãos governamentais de pesquisa para realizar pesquisas sobre a saúde dos trabalhadores/as em educação no Estado.

b) SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL -SINPRO-DF.

Representa os trabalhadores em educação pública do Distrito Federal.

Em seu website, <http://www.sinprodf.org.br/site/>, consta que é filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Possui gestão colegiada, formada por 13 secretarias, das quais se destacam: a Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade, e a Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador, e a Secretaria de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras. O estatuto está voltado para reivindicações de classe. No seu histórico destaca-se o seguinte texto:

*O Sindicato dos Professores no DF foi fundado em 14 de março de 1979. Seu embrião foi a Associação Profissional dos Professores do DF. A gestão do Sindicato é colegiada, formada por treze secretarias. Representou até outubro de 2005 os professores das escolas públicas e privadas, ano em que foi fundado o sindicato exclusivo dos educadores das escolas particulares. Atualmente possui cerca de 32 mil filiados, entre professores e orientadores da ativa e aposentados da Secretaria de Educação do DF.*

As questões de gênero são temas de atribuição da Secretaria de Assuntos de e Políticas para as Mulheres Educadoras. Raça e Sexualidade. Há referência sobre a saúde do trabalhador. Não há convênios. O interessante neste site é que o tema da saúde

se coloca assim como o de gênero, com destaque, pois possuem um lugar em sua estrutura.

c) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS – SINTEGO.

Representa os trabalhadores em educação pública do Estado de Goiás.

Seu site é [www.sintego.org.br](http://www.sintego.org.br). É filiado a CUT e a CNTE. Possui direção mista com presidência feminina. Tem estatuto on-line. Não há referência a saúde do professor, nem convênios médicos.

d) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO - SINTEP-MT.

Representa os trabalhadores em educação pública no Estado de Mato Grosso.

Seu portal na web é <http://www.sintep.org.br/Home/>.

Filiado a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. A Direção Central composta por dezenove membros: As decisões da Diretoria Central são coletivas, e seus membros não podem deliberar isoladamente, cabendo-lhes executar as deliberações tomadas por maioria simples, assim como as atribuições previstas no estatuto. Não há Estatuto online. Constam no link Políticas Sociais as guias Discriminação, Saúde, e Gênero, que dão acesso, na verdade, à páginas em branco <http://www.sintep.org.br/Home/index.php?phpDo=politicas>. Não há referência a convênios, planos de saúde.

Este sindicato apenas enuncia a questão em seu site sem maior aprofundamento. É importante que o tema da saúde e de gênero apareça como elementos de políticas sociais, pois significa que tem alguma visibilidade.

## SINDICATOS DA REGIÃO NORTE

Encontramos 06 sindicatos de trabalhadores em educação na região norte, segundo a pesquisa feita pela internet. Cada Estado da região tem um.

### a) SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO NO AMAPÁ - SINSEPEAP.

Representa os trabalhadores públicos em educação do Estado do Amapá.

Seu site é <http://www.sinsepeap.org.br/portal/legislacao.php>. É filiado a Cut e à CNTE. Não possui Estatuto online. Sua diretoria é masculina. Sobre a questão de gênero o Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá (Sinsepeap), possui uma parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedimap), tendo promovido um seminário sobre “Direitos e Saúde da Mulher Trabalhadora” – Link>>><http://www.sinsepeap.org.br/portal/publicacoes.php>. Possui parceria também com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (MTE). Consta notícia postada no site que diz o seguinte: “o Plano de Cargos e Carreiras do Amapá enumera várias possibilidades de dispensas, e licenças para possíveis afastamentos de professores, mas não faz referência ao termo saúde, mesmo que ele esteja implícito nos casos de solicitação\substituição de docentes”.

Parece haver indicativo de preocupação com o tema da saúde do trabalhador docente, principalmente no que tange a mulher trabalhadora. A notícia constante no site pode nos indicar, também, uma provável preocupação como o tema em termos oficiais, principalmente quando atenta para o fato de que em muitas licenças a questão da saúde está implícita.

### b) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS - SINTEAM.

Representa os trabalhadores em educação do Estado do Amazonas.

Seu site é <http://www.portalsinteam.org.br/>. Trata-se de sindicato filiado a CNTE e a CTB. A diretoria e a vice presidência possui a presença de mulheres, sendo as demais instancias compostas por pessoas de ambos os sexos. Quanto ao estatuto não conseguimos acessar.

c) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ – SINTEPP.

Representa os trabalhadores em educação do Estado do Pará.

Seu site é [www.sintepp.org.br](http://www.sintepp.org.br). É Filiado a CNTE. Possui Estatuto do Sindicato está disponível on-line. Sua gestão é masculina, direção mista. Não há discussão sobre gênero.

No Papo do Servidor está sendo discutida a questão de valores e condições do plano de saúde PAS, que pode ser encontrado em <http://www.sintepp.org.br/v2.0/Sessao.forum.php?topico=2>

d) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE RORAIMA – SINTER.

Representa os trabalhadores em educação do Estado de Roraima.

Seu site é [www.sinter.org.br](http://www.sinter.org.br). É filiado a CUT e a CNTE. Possui estatuto on-line, presidência masculina. Há discussão sobre gênero. Também tem vários convênios.

e) SINDICATO DOS TRABALHADORE EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINTERO.

Representa os trabalhadores em educação do Estado de Roraima.

Seu site é <http://www.sintero.org.br/web/index.php>. Trata-se de sindicato filiado a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Consta Estatuto online. A direção é exercida por um homem, mas a

diretoria é composta também por mulheres. Não há discussão de gênero. Na seção “Legislação” do site o Sindicato faz menção a Lei do Assédio Moral. Os convênios são educacionais. Há plano de saúde, o SINTERO SAÚDE.

f) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - SINTET.

O sindicato é filiado à CUT e a CNTE. Seu endereço na rede é <http://www.sintet.org.br>. Presidência masculina, secretarias mistas (ocupadas por homens e mulheres). É constituído por todos os trabalhadores em educação básica das redes públicas estaduais e municipais. Seu estatuto está em [http://www.sintet.org.br/estatutos/Estatuto Alterado III.pdf](http://www.sintet.org.br/estatutos/Estatuto_Alterado_III.pdf).

Não há discussão de gênero. Não foi encontrada nenhuma referência a convênios, planos de saúde, ou saúde do trabalhador.

Na seção notícias (<http://www.sintet.org.br/noticias/>) do site, destaca-se a seguinte notícia:

*Professor: profissão de risco: Em São Paulo, que tem a maior rede pública de ensino do País, os professores sofrem de depressão, esgotamento psíquico emocional, síndrome do pânico, perda da voz, entre outros graves males, além da violência diária. No Tocantins a situação não é diferente.(...) Segundo a própria Secretaria Estadual de Educação, é alarmante o número de atestados médicos apresentados pelos professores.(...) Somos uma categoria doente, deprimida. Nosso nível de stress só é menor que o dos carcereiros. (...).*

Apesar da ausência de informações, o site destaca matéria aonde se vêem questões ligadas à saúde física e mental do trabalhador. Isto é importante, pois coloca o tema da saúde do trabalhador, mesmo que de forma discreta.

## SINDICATOS DA REGIÃO NORDESTE

Encontramos 12 sites de sindicatos da região nordeste, sendo que não foi encontrado nenhum sindicato especificamente de trabalhadores em educação no Estado do Rio Grande do Norte.

### a) ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ESTABELECIMENTOS OFICIAIS DO CEARÁ - APEOC.

Representa os trabalhadores em educação no Estado do Ceará.

O endereço do portal é <http://www.apeoc.org.br/>. Possui vínculo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e com a Central Única dos Trabalhadores. É dirigido por uma mulher, e sua diretoria tem participação de ambos os sexos. O estatuto está online, e o mesmo informa que a instituição se atualizou para a forma de Sindicato. Está ausente a discussão sobre gênero. O sindicato oferece convênios ligados a assistência médica e outros na seção serviços.

### b) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – APLB - Sindicato.

Representa os trabalhadores em educação no Estado da Bahia.

Seu portal é <http://www.aplbsindicato.org.br>. É filiado a CNTE. Direção ocupada por um homem. Diretoria composta por ambos os sexos. Não há Estatuto do Sindicato online, apenas os estatutos do Magistério estadual e municipal. Não há discussão de gênero. A saúde do trabalhador não é referenciada. Não há planos de saúde nem outra espécie de convênio especificado online.

### c) SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE - SINDIPEMA.

Representa os trabalhadores em educação do Município de Aracaju, no Estado de Sergipe.

Seu endereço na web é <http://www.sindipema.org.br/>. É filiado a CNTE e a CUT. Presidido por uma mulher, mas com diretoria mista. Seu estatuto está disponível online, no qual se destaca, em seu artigo primeiro, o item 11 (...) *reivindicar das entidades assistenciais do governo maior eficiência e adequação no cumprimento de suas atribuições*. Não há no site algo que indique discussão de gênero, nem a saúde ou convênios de saúde. O sindicato é atuante na luta por reforma previdenciária.

d) SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO CEARÁ – SINDIUTE.

Representa os trabalhadores em educação do Estado do Ceará.

O endereço do Portal é <http://www.sindiute.org.br/>.

Filiado a CUT e CNTE. Diretoria composta por maioria feminina. Não há Estatuto online, mas um breve histórico relata o processo de unificação de vários sindicatos e associações do Ceará. O Sindicato mantém convênio médico e odontológico, além do convênio com SESC que também oferece a Clínica SESC Saúde com várias especialidades. Em Documentos para Download: Cartilha de uso da voz, Cadernos de saúde do trabalhador : Burnout – Sofrimento Psíquico dos trabalhadores em educação, por Wanderley Codo e Iône Vasques-Menezes.

Essa é uma informação importante, pois o sindicato coloca a questão da saúde em pauta, oferecendo em seu site documentos importantes para a saúde do trabalhador docente, que apontam as questões psíquicas e físicas. Outro fato importante é a citação da pesquisa de Wanderley Codo e Iône Vasques-Menezes. Remete a pesquisa feita pela CNTE sobre a situação dos professores na Escola, que resultou na discussão das doenças de fundo psíquico ocasionadas pela atividade do trabalhador docente.

e) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO MARANHÃO - SINPROEEMMA.

Representa os trabalhadores públicos em educação do Estado do Maranhão.

Seu site é <http://www.sinproesemma.com.br/>. É filiado à CTB e CNE, apoiado pela CNTE. Possui estatuto online, é presidido por um homem, e sua direção formada por homens e mulheres. Não consta discussão de gênero. O sindicato possui um Cartão Convênio que dispõe de auxílio farmácia aos associados, além de descontos em livrarias e outras lojas.

Apesar de ter mulheres em sua direção a instituição não faz discussão de gênero. O tema da saúde do trabalho não parece ser uma preocupação.

f) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE -SINPROJA.

Representa os trabalhadores em educação do Município de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco.

Seu endereço de acesso na rede é <http://www.sinproja.com.br/>.

Trata-se de sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. É dirigido por um homem, mas tem na composição de sua diretoria pessoas de ambos os sexos. Possui estatuto online, e ele, seu estatuto indica que é dedicado aos profissionais da rede municipal de ensino de Jaboatão dos Guararapes. Curiosamente também diz explicitamente o seguinte “*sem quaisquer discriminação, ou preconceito por raça, cor, sexo ou credo religioso*”, deixando claro seu posicionamento sobre o assunto. Não foi identificada nenhuma discussão sobre gênero, como também não foi encontrada referência a convênios ou planos de saúde.

g) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS - SINTEAL.

Representa os trabalhadores em educação no Estado de Alagoas.

O endereço de seu portal eletrônico é <http://www.sinteal.org.br>.

É uma instituição filiada a CNTE e a CUT. Sua gestão é feminina, sendo a presidência e a diretoria ocupadas por mulheres. No histórico a maioria de seus dirigentes sempre foi feminina.

Possui várias secretarias, nenhuma de saúde. Mas há preocupação com formação político-sindical e uma secretaria para este assunto. Constatou-se no artigo 49 de seu estatuto, a seguinte orientação: “Ao Secretário(a) e ao Secretário(a) Adjunto de Políticas Sociais compete: Propor e coordenar a implementação das Políticas Sociais do SINTEAL, nas áreas de previdência, saúde, habitação, reforma agrária, direitos humanos e etnia; Promover o levantamento de dados sobre a situação de saúde e condições de trabalho dos trabalhadores da Educação nos aspectos: físico, moral e psicológico.

Esse artigo de seu estatuto parece sugerir que há subjacente uma concepção alargada de saúde, pois aqui é colocada como elemento de políticas sociais. Neste caso o sindicato, apesar de não ter um setor específico para gênero, elege a saúde e a previdência como políticas sociais, e ainda implementa pesquisas sobre a situação de saúde dos trabalhadores. Isto de alguma forma evidencia preocupação com a questão da saúde. Ainda no assunto saúde, o sindicato mantém convênios com planos de saúde.

#### h) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - SINTEMJP.

Representa os trabalhadores em educação pública do Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Seu site é <http://www.sintempj.org/1/index.php>. É Filiado a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação). Não possui Estatuto online, e seu site não disponibiliza acesso aos nomes que compõe a diretoria. Não há discussão de gênero enunciada no site. Quanto à saúde consta convênio com um único hospital.

i) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO - SINTEPE.

Representa os trabalhadores em educação do Estado de Pernambuco.

O portal possui o endereço <http://www.sintepe.org.br/>.

Trata-se de sindicato filiado a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Uma mulher ocupa a direção, e sua diretoria possui homens e mulheres. O estatuto está on-line, e se destaca o seguinte: *“é uma entidade civil de caráter sindical, integrada pelos trabalhadores em educação de todo o Estado, (Professores, Orientadores, Supervisores, Técnicos e todo o pessoal Administrativo lotado na Secretaria de Educação), compreendendo-se as redes públicas estadual e municipais, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que se regem pelo presente Estatuto”*.

Sobre gênero, consta um link para inscrição no curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), promovido pela Universidade Federal de Pernambuco. O SINTEPE apóia essa iniciativa divulgando para todos os trabalhadores em Educação da rede Estadual. O curso tem como principal objetivo oferecer aos educadores e às educadoras da rede pública do Ensino Básico uma noção de respeito e valorização da diversidade, com base nos direitos humanos. São abordados temas como gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. A decisão de seu tratamento em conjunto, parte do entendimento de que os fenômenos se relacionam de maneira completa, sendo necessário a formação de profissionais de educação preparados/as para lidar com esta complexidade e com novas Formas de vivências culturais – essas informações se encontram no link [http://www.sintepe.org.br/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=11&Itemid=64](http://www.sintepe.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=11&Itemid=64).

Não se detectou a existência de convênios ou planos de saúde. Nenhuma discussão sobre saúde do trabalhador foi encontrada. Há, entretanto, uma Assessoria Jurídico e Previdenciária alertando para os direitos à saúde e à previdência. O sindicato pauta a questão de gênero e diversidade através de atividade de formação.

j) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO PIAUÍ - SINTEPIAUI.

Representa os trabalhadores em educação pública do Piauí.

O endereço de seu site é <http://www.sintepiaui.org.br/>.

É filiado a CUT, CTB e CNTE. Disponibiliza seu estatuto online, e informa que é uma instituição declarada de utilidade pública, conforme se lê: “Declarada de utilidade pública estadual pela Lei No. 3.468 de 06/12/76, constituiu-se em pessoa jurídica de direito privado, constituído por trabalhadores em educação básica pública do Piauí”. O Sindicato é presidido por três mulheres, seguidas de um homem na terceira posição como secretário de finanças. Não identificamos discussão sobre gênero ou saúde. Quanto a possíveis convênios, na parte relativa a convênios, no site, o referido Sindicato mantém uma página em branco com um singelo aviso aos seus associados: “Breve!”.

k) SINDICATO DOS TRABALHADORES DA REDE OFICIAL DE SERGIPE – SINTE-SE.

Representa os trabalhadores em educação no Estado de Sergipe.

Seu endereço na Internet é <http://www.sintese-se.com.br/>. É filiado à CUT e à CNTE. Consta estatuto online. É dirigido por um homem, enquanto as mulheres ocupam as secretarias e os departamentos. Não há discussão de gênero, e a saúde é mencionada através de links e de jornais e publicações online. Não consta no site a existência de convênios.

l) SINDICATO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMAÇARI - SISPEC.

Representa os trabalhadores em educação do Município de Camaçari no Estado da Bahia.

O endereço de seu portal é <http://www.sispec.org.br>.

É filiado à Central Única dos Trabalhadores e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Direção masculina e diretoria composta por homens e mulheres. Não há estatuto online, nem referência a convênios. A discussão de gênero está ausente. Sobre saúde, há menção sobre a saúde dos professores em seu Boletim Eletrônico, onde consta o seguinte:

- 1.1. O que é Síndrome de Burnout: a palavra Burnout é uma composição de dois termos em inglês: burn (queima) e out (exterior), sugerindo assim que a pessoa com esse tipo de doença consome-se física e emocionalmente, passando a apresentar um comportamento agressivo e irritadiço. Tal síndrome se refere a um tipo de estresse ocupacional e institucional que atinge profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, principalmente quando esta atividade é considerada de ajuda (médicos, enfermeiros, professores).
- 1.2. O conceito de saúde e sua evolução: A noção de que a saúde é um processo continuado e interdependente de preservação da vida, criou uma nova dimensão social. A saúde passou a ser também um processo de cidadania. Assim, todos os cidadãos têm direitos, mas são igualmente responsáveis pela sua preservação. A saúde, dentro deste enfoque, ocorre e é consequência de ações realizadas em toda a sociedade. Este modo de entender a saúde abrange aspectos individuais e coletivos, envolvendo questões ambientais e sociais.
- 1.3. Saúde dos professores é tema do IX Ciclo de Estudos: A educação é a razão de ser dos professores e professoras, a motivação maior de sua vida profissional. Mas como fica a saúde? Qual a sua importância no exercício da profissão e no ambiente de trabalho dos educadores? O SISPEC vai discutir essas e outras questões em seu IX Ciclo de Estudos e Debates, cujo tema será Trabalho e Saúde dos Professores - A Saúde como Elemento para Repensar a Prática Docente. Muitos professores e professoras da rede municipal de Camaçari vivenciaram ou vivenciam o drama da doença ocupacional e das sequelas físicas e emocionais que elas trazem. Drama esse que se reflete no desempenho profissional e no relacionamento com alunos, colegas e diretores. O IX Ciclo de Estudos pretende colocar em discussão as causas dessas doenças, os efeitos sobre os educadores e as formas de prevenção.

Aqui o tema da saúde do trabalhador é colocado de forma bem contundente. O texto do Boletim Eletrônico do sindicato põe a saúde como uma questão ligada às práticas sociais, a coletividade. Evidencia a importância do professor na construção de ambientes mais fiéis para sua atividade profissional, lista doenças de cunho físico e psíquico. Além de divulgar o conceito de saúde, a atuação do sindicato parece indicar que informa e forma sobre saúde, caminhando assim para a promoção da saúde.

## **SINDICATOS DA REGIÃO SUL**

Encontramos 06 sites de sindicatos na região. Todos os Estados possuem uma entidade representando os trabalhadores em educação.

### **a) SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - APP-SINDICATO.**

Representa os trabalhadores em educação do Estado do Paraná.

Seu site é [http://www.app.com.br/portalapp/conheca\\_app.php?id=1%3E](http://www.app.com.br/portalapp/conheca_app.php?id=1%3E).

É filiado à CUT e a CNTE. Consta estatuto online. Sua direção é exercida por homens. As mulheres vão aparecer no segundo escalão, chefiando as diversas secretarias, como por exemplo, a Secretaria de Políticas Sociais. Há preocupação com questões de gênero e raça: “A APP-Sindicato ( antigo Associação dos Professores Públicos do Paraná) realiza trabalho junto à categoria para a superação de preconceitos que marginalizam diversos segmentos da sociedade. A entidade incentiva os trabalhadores da Educação a se organizarem e buscarem meios de superar as diversas formas de discriminação. Com este objetivo foram organizados os Coletivos de Gênero, Pela Igualdade Racial, dos Aposentados e dos Funcionários de Escolas” (Contam com convênios variados e clube de descontos. O Sindicato possui uma criteriosa e aprofundada relação de itens referentes à saúde e auxiliadoras na prevenção e no tratamento dos problemas de saúde comuns no ofício de lecionar como problemas com

a voz, surdez, e doenças no trabalho como LER (Lesão por esforço repetido).  
<http://www.app.com.br/portalapp/saude.php>.

A existência de uma secretaria de políticas sociais costuma ser indicativo da possibilidade de questões como saúde do trabalhador e gênero serem discutidas. Aqui podemos ver que há preocupação em discutir o tema de gênero através dos coletivos de gênero, assim como a preocupação com a saúde, mesmo que seja a enumeração de itens em seu website que informem apenas sobre doenças físicas que acometem o trabalhador na sua atividade profissional. Seria uma forma de informar/formar os seus filiados.

**b) SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE RESTINGA SECA/ RS – APRES.**

Representa os professores do Município de Restinga Seca.

Seu portal é [www.apres.com.br](http://www.apres.com.br).

Não é filiado à CUT e CNTE. Gestão feminina. Estrutura composta majoritariamente por mulheres, os homens são poucos. Não possui Estatuto on-line. Não há discussão sobre gênero. Não possui área específica de Saúde, nem foi encontrado nenhum documento que sugira a discussão do tema. A saúde resume-se a reivindicação de plano de saúde para os profissionais e a convênios para atendimento Odontológico e desconto em Farmácias da região. Constam convênios, conforme <http://www.apres.com.br/convenios.php>, para assessoria jurídica, salões de beleza, e comércio em geral.

Constam convênios para atividades de suporte ao exercício da atividade docente, tais como fotocópias, biblioteca, videoteca, cursos de informática, assim como incentivo financeiro por parte da participação de atividades correlatas á área de ensino (seminários, cursos, congressos, etc.).

Destacam-se os seguintes trechos da apresentação do sindicato, a qual se constitui num histórico da instituição, na guia “quem somos”, extraído do endereço <http://www.apres.com.br/historico.php>:

(...) associação de professores, aberta a todos os professores do município de Restinga Seca, tendo como objetivos: defender e reivindicar os interesses da classe, atuar em empreendimentos educacionais, recreativos e beneficentes, dentre outros.

c) CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CPERS.

Representa os trabalhadores em educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Seu portal na rede é <http://www.cpers.com.br/portal2/>.

Filiado a Central Única dos Trabalhadores e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, esse sindicato possui uma presidência feminina, sendo o restante da direção de composição mista (ambos os sexos). Seu estatuto está online, nele não foi encontrada nenhuma referência a gênero ou saúde, como também não constam convênios ou planos de saúde.

d) SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE NOVO HAMBURGO - SINDPROFNH.

Representa os professores do Município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

O endereço do portal é <http://www.sindprofnh.org.br>.

Diretoria composta somente por mulheres. Seu estatuto está on-line. Não há discussão de gênero. O sindicato possui apenas convenio com um escritório de advocacia.

e) SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTE-SC.

Representa os trabalhadores em educação no Estado de Santa Catarina.

Sua localização na web é <http://www.sinte-sc.org.br/>.

O sindicato é filiado a CUT e à CNTE. Possui direção feminina, sendo a diretoria composta por homens e mulheres. Existe uma Secretaria de Políticas Sociais e de Gênero. Convênios e benefícios são oferecidos pelas Regionais individualmente.

f) SINDICATO DOS TRABALHADORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA - SISMMAC.

Representa os trabalhadores em educação do Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Seu site é <http://www.sismmac.org.br/>.

É Filiado à CUT e a CNTE. Sua direção é composta majoritariamente por mulheres. Possui estatuto online, e destaca em seu site o segundo artigo da constituição: **Art. 2º** - Constitui finalidade precípua do Sindicato visar melhoria nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defender a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e defesa das instituições democráticas brasileiras. A discussão de gênero não consta no site, como também convenio algum, ou auxílio sobre saúde. Não há uma seção específica, apenas artigos ou notícias, como uma espécie de clipping (<http://www.sismmac.org.br/noticias.php>). Contém por exemplo a notícia do Dia Internacional de Combate e Conscientização às Lesões por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT).

O site do sindicato coloca o tema da saúde como uma notícia, algo de cunho informativo, entretanto parece subjazer uma preocupação com os males físicos, principalmente as LER e as DORT. Sendo assim parece não haver centralidade do tema da saúde e da questão de gênero para seus dirigentes.

## SINDICATOS DA REGIÃO SUDESTE

Foram listados sete sindicatos na região sudeste a partir da pesquisa na internet.

a) SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – AFUSE.

Representa os funcionários e servidores da educação no Estado de São Paulo.

Seu web site é <http://www.afuse.org.br/index.php>.

Filiado a CNTE e a CUT. Gestão masculina, direção mista. Seu estatuto está on-line. Não há discussão sobre gênero. O sindicato luta pela qualidade do serviço prestado pelo estado, no setor de saúde e previdência prestadas aos servidores pelo IAMSPE, mas não há convênios ou plano de saúde do sindicato.

É importante o tema da previdência aparecer como elemento de luta, pois costuma estar conjugado com o da saúde. Note-se que a AFUSE não oferece planos de saúde privados, ela luta pela melhoria da qualidade da saúde pública, configurada na defesa do sistema estadual paulista de previdência e saúde dos servidores públicos, o IAMSPE.

b) SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - APEOESP.

Este sindicato tem seu portal em <http://apeoespsub.org.br/>. Entidade filiada à CUT e à CNTE. Presidido por uma mulher. Estatuto online, padrão, como o dos outros sindicatos. Trata-se de uma entidade atuante quanto as reivindicações e direitos do educador. Evidencia-se a importância que as condições de trabalho, do ponto de vista da saúde do trabalhador, tem para o sindicato, como iremos constatar mais abaixo. A instituição conta ainda com plano de saúde disponibilizado a seus filiados, e convênios em outras áreas. Há também uma discussão sobre gênero no site do sindicato na guia <http://apeoespsub.org.br/mulheres/mulher2009.pdf>.

A seguir apresentamos informações contidas no site da entidade, as quais comprovam sua atuação no campo das garantias das condições de acesso à saúde, e a sanidade nos locais de trabalho, dando especial destaque a violência e as doenças psíquicas.

Histórico 2002 - Em abril, a APEOESP promoveu com outras entidades do funcionalismo o Dia de Luta em Defesa do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual). A ação da APEOESP junto ao Instituto garantiu a criação de convênios com hospitais regionais para atendimento do funcionalismo.

No link Observatório da Violência: <http://apeoespsub.org.br/observatorio/index.html>. Pesquisa Dieese/Apeoesp sobre Violência nas escolas ; uma visão dos delegados da Apeoesp:

### **Professores estão sujeitos ao estresse.**

O estresse já é reconhecido por organismos internacionais como "enfermidade profissional", cujos efeitos atingem inclusive o ambiente escolar.

### **As doenças profissionais.**

No campo da psiquiatria, neurologia, otorrinolaringologia, reumatologia, traumatologia, hematologia e doenças cardiovasculares, No Brasil é grande o número de professores "*readaptados*" (afastados temporária ou permanentemente para atividades administrativas) afetados por uma ou algumas doenças desse conjunto, ou de professores que se mantêm com sucessivas licenças-saúde e, não raro, como objeto de desprezo e como fonte de problemas para os quadros docente e discente .

### **A fadiga mental que acontece quando há:**

Trabalho que exige muita atenção com o público;

Conflitos nas relações pessoais motivados ou acentuados pela múltipla

Convivência (idem para aumento de possibilidade de contrair doenças infecciosas, parasitárias, etc.);

Autoritarismo burocrático;

Excesso de responsabilidade para o tempo e os meios de que dispõe, obrigando-se o professor a realizar mal o seu próprio trabalho;

Insegurança cotidiana típica de serviço sobre o qual não se podem estabelecer normas precisas e quantidades de ações que resultem, necessariamente, no objetivo desejado, e conseqüente dificuldade de avaliação quanto aos resultados alcançados.

Além da sobrecarga psíquica, problemas físicos: irritações e alergias, especialmente na pele e nas vias respiratórias provocadas pelo pó de giz; calos nas cordas vocais; sobrecargas musculares e para o sistema circulatório provocadas por excessiva permanência em posturas incômodas (muito tempo em pé ou em assentos não ergonômicos);

### **No Brasil, as condições de trabalho pioram a situação.**

As jornadas situam-se em torno de 45 aulas semanais, sendo raros os casos em que parte desse tempo (em geral entre 10% e 20%) é dedicado aos trabalhos extraclasse. Com isso muitas dessas atividades inerentes ao ensino têm que ser realizadas em casa pelo docente. A sobrecarga de horas extraordinárias (além de tudo, não pagas) tem efeitos particularmente nocivos sobre as condições de trabalho (e de saúde dos educadores), uma vez que torna mais acentuadas as condições já estressantes do trabalho realizado em "condições normais".

### **Excesso de alunos por classe**

Segundo a conferência UNESCO/OIT, o número adequado de alunos por classe deve situar-se entre 20 e 30 no máximo, uma vez que as classes menores favorecem o estudo e a atenção docente individualizada... Observe-se

que no Brasil, não raro, o número de alunos é superior a 50 por classe. Há professores que chegam a lecionar para até cerca de mil alunos, em até mais de vinte classes.

**As professoras são mais atingidas:** estando submetidas à dupla jornada de trabalho, ficam mais suscetíveis aos acidentes de trabalho e às doenças profissionais, doenças crônicas e aos quadros depressivos. Embora a mulher assuma maior responsabilidade frente às tarefas domésticas, suas faltas são semelhantes ou mesmo ligeiramente inferiores às dos homens. Porém é maior o número de faltas de professoras justificadas por dispensas médicas, o que mostra a maior incidência nas mulheres de doenças tipicamente profissionais da docência.

Violência, uma realidade da escola que precisa mudar.

Banco de dados: violência nas escolas, onde os associados podem registrar ocorrência.

No caso deste sindicato, vemos que há uma política que privilegia diversos assuntos importantes para a saúde, como a discussão de gênero, a discussão da saúde do trabalhador docente, assim como o debate acerca de doenças como o estresse. É interessante notar a discussão sobre violência nas escolas, assim como o fato de elencar pesquisas e estudos sobre os males que atingem o professor em sua atividade.

A exposição e a análise dos problemas no site indicam o valor dado pelo sindicato a essa discussão. Lista os diversos problemas que afligem a categoria, como o estresse reconhecido como enfermidade profissional. Atenta que há doenças que resultam do exercício profissional, tanto psíquicas quanto físicas. Coloca em questão as condições de trabalho relativas ao ambiente, ensejando inclusive a discussão sobre a violência na escola e apontando as mulheres como as mais vitimadas. Importante elemento para a discussão de gênero é enunciando no site, qual seja a maior incidência de doenças típicas do exercício do magistério, nas mulheres. Outra questão importante é que o sindicato parece engajado na luta pelo sistema de assistência médica do servidor

público paulista. Entretanto, o que pode parecer contraditório é o fato do APEOESP oferecer planos de saúde aos seus filiados. Devemos atentar para o fato que a oferta de planos de saúde pelos sindicatos costuma ser uma forte demanda da base de filiados.

c) ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS – APPMG.

Representa os professores públicos no Estado de Minas Gerais.

Seu site é <http://www.appmg.org.br>.

Não filiado é CUT e a CNTE. Possui gestão feminina, e sua estrutura é majoritariamente feminina. Há compromisso estatutário com relação saúde (<http://www.appmg.org.br/estatuto.htm>), seu estatuto diz:

*Art12, XV conveniar-se c/ organizações idôneas que visem o seguro de vida em grupo, planos de saúde medico, hospitalar, odontológico e outros que visem o bem estar do magistério.*

A APPMG oferece também tratamento psicológico e fisioterápico, em sua própria sede. Não há discussão sobre gênero. Possuem convênios com Médicos, Farmácias, Drogarias, Óticas, e Dentistas.

Primeiro a perspectiva deste sindicato parece ser a do assistencialismo, pois o texto de seu estatuto indica grande preocupação em ofertar serviços. De outro lado, o fato do sindicato ter dentro de sua estrutura oferta de tratamento psicológico e fisioterápico, parece ser indicativo para uma demanda por política pública.

d) SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – SEPE.

Representa os trabalhadores em educação no Estado do Rio de Janeiro.

Sua localização na internet é <http://www.seperj.org.br/site/index.html>.

No seu histórico consta: O então ainda CEPE realiza, em dezembro de 1988, sua primeira Conferência de Educação, aprovando, a partir desta data, chamar-se SEPE – sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, decisão esta referendada no IV Congresso, em 1989. Hoje, possui todos os documentos necessários ao reconhecimento do seu caráter sindical.

No de estatuto temos:

Como funciona o SEPE? Nosso sindicato tem a seguinte estrutura de funcionamento: O SEPE é dirigido por um colegiado que é composto por 48 membros, distribuídos pelas seguintes coordenações e secretarias: Coordenação Geral, da Capital, do Interior e do Grande Rio; Secretarias: de Organização, de Finanças, de Imprensa, de Aposentados, de Funcionários Administrativos, de Assuntos Educacionais, de Formação e Cultura, de Assuntos Jurídicos, de Gênero, Anti-racismo e Orientação Sexual e de Saúde.

Qualquer profissional de educação pode se filiar ao SEPE - inclusive da rede privada. O SEPE congrega professores e funcionários administrativos e é o segundo maior sindicato do estado do Rio em número de filiados.

O SEPE tem convênio com a Unimed para todos os associados, bem explicado no site, na aba SEPE Saúde.

Na página 11 de seu Estatuto, temos o seguinte:

### Capítulo III

#### Da Estrutura Organizativa

Art. 50 – Aos diretores da Secretaria de Saúde e Direitos Humanos compete:

I - elaborar um plano de trabalho para o setor e apresenta-lo à Direção Geral que deverá aprová-lo por ocasião do planejamento estratégico do conjunto da direção;

II - propor e organizar simpósios, seminários, cursos, congressos e outras atividades que debatam o binômio saúde/trabalho na escola nas múltiplas relações:

saúde/trabalho/violência, saúde/trabalho/infância, saúde/trabalho/envelhecimento, saúde/trabalho/ambiente, saúde/trabalho/tecnologia, saúde/trabalho/seguridadesocial, considerando corte de gênero e os direitos fundamentais da pessoa humana;

III - reconstruir a concepção política de saúde da/o trabalhadora/r, enquanto questão de saúde pública, à luz dos direitos humanos fundamentais;

IV - elaborar material específico da Secretaria de Saúde e Direitos Humanos para subsidiar as unidades escolares nos diversos aspectos que envolvem o binômio saúde/trabalho.

Sobre ações do sindicato:

No site constam 2 formulários para pesquisa de como anda sua escola: Retrato da escola - faça o levantamento dos problemas da sua escola.

Sobre Assédio Moral e Saúde do trabalhador, tem uma cartilha onde se lê: *Esta cartilha foi elaborada pela SAE - Secretaria de Assuntos Educacionais do SEPE/RJ, em março de 2005.*

Consta que assédio moral traduz-se por ações e situações no ambiente de trabalho que humilham, desrespeitam e constrangem o trabalhador. O assédio moral, assim como os baixos salários, as precárias condições de trabalho, o autoritarismo e outras mazelas que vivemos nas escolas públicas, sejam elas de qualquer rede, somam-se para tornar nosso trabalho um fardo difícil de ser levado. Isso termina por nos causar sérios problemas de saúde. Inclusive temos a SÍNDROME DE BURNOUT (\*), como doença própria da categoria:

*Devemos associar o crescimento deste tipo de assédio moral aos pacotes educacionais tais como o “Nova Escola”, que associa salários à produtividade, à falta de democracia nas escolas, onde as horas extras, contratos e mesmo emprego dos terceirizados muitas vezes são ameaçados por direções autoritárias.*

Ainda sobre o tema continua na página 5 da Cartilha de Assédio Moral disponível no site do SEPE:

*Assédio moral e saúde dos trabalhadores em educação: o assédio moral constitui risco invisível, porém concreto, nas relações de trabalho e à saúde dos trabalhadores. Estes manifestam os sentimentos e emoções nas situações de assédio de*

várias formas. AS MULHERES, mais humilhadas, expressam sua indignação com choro, tristeza, ressentimento, mágoa e estranhamento de um ambiente que antes identificavam como seu. OS HOMENS sentem-se revoltados, manifestando, muitas vezes desejo de vingança. TODOS acabam vivenciando a depressão, palpitações, distúrbios de sono e digestivos, alteração da libido, e até tentativas de suicídio. Tudo isso é reflexo de um cotidiano de humilhações e sentimento de impotência frente aos desmandos que caracterizam as relações de trabalho. Assim, revela-se o adoecer de pessoas ao viver uma vida que não desejam, não escolheram e não suportam.

e) SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – SINDUTEMG.

Representa os trabalhadores em educação no Estado de Minas Gerais.

O endereço de seu portal eletrônico é <http://www.sindutemg.org.br/>.

Filiado a CNTE e CUT. Diretoria mista. Estatuto online, destaque:

*Art. 2º - item IX. Reivindicar das entidades de assistência governamentais eficiência e adequação no cumprimento de suas obrigações para com os contribuintes, principalmente na assistência médica e odontológica.*

Com relação à Saúde, existem convênios médicos e odontológicos com descontos.

Basicamente o site do sindicato indica quanto a saúde, a oferta de serviços médicos e odontológicos.

f) SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO - SINPEEM.

Representa trabalhadores em educação do município de São Paulo-SP.

Seu site é <http://www.sinpeem.com.br/>.

Trata-se de um sindicato filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Sua diretoria é composta por homens. Uma mulher aparece como secretária de finanças na quinta posição. Não há discussão sobre gênero.

Há um Secretário de Saúde e Segurança do trabalhador. Não possui Estatuto online, mas consta do seu histórico, na parte de serviços que “sendo a saúde também uma das grandes preocupações do sindicato, a entidade, além de lutar por um sistema de saúde pública que assegure atendimento gratuito e universal, a entidade mantém convênios médicos, odontológicos e laboratoriais, possui convenio com a empresa Medial Saúde; e outros que oferecem descontos especiais aos associados, extensivos aos seus familiares, além de convênios também com seguradoras e corretoras”. Propicia atendimento psicanalítico aos educadores através da Clínica Escuta Analítica com quem tem um convênio (<http://www.escutaanalitica.com.br/>).

A instituição pode não ter aparentemente uma atuação específica quanto à questão da saúde do trabalhador, mas indica que se preocupa com o tema ao enunciar a preocupação com um sistema público de saúde universal. A existência de uma secretaria que conjuga saúde e segurança do trabalhador parece tender para a perspectiva da saúde ocupacional, entretanto inaugura-se o tema perante a categoria. A saúde do trabalhador demarca o novo como elemento de lutas sindicais e de políticas sociais.

g) SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE MARICÁ – SPMM.

Representa os professores do Município de Maricá no Estado do Rio de Janeiro.

O endereço de seu site é <http://www.spm.com.br>.

Não é filiado e nenhuma central sindical, nem confederações. É presidido por uma mulher. Possui convênios com clínicas. Não foi achada nenhuma discussão sobre gênero ou saúde.

## **Análise Geral das Informações dos Sites**

A análise geral dos perfis dos sindicatos a partir de seus sites nos indica em primeiro lugar que há poucas informações sobre a questão e que provavelmente não existe uma prática de atualização de dados por parte da maioria deles. A internet parece não ter sido plenamente assimilada como instrumento de propagação de idéias e mobilização social, ao contrário do que já constataram outros movimentos sociais.

As informações apuradas por esta pesquisa possuem a limitação de ter sua origem exclusivamente nos sítios dos sindicatos, que se apresenta como uma nova ferramenta.

Nossa pesquisa mostrou que os sindicatos ainda se mostram retrógrados quanto às pautas de reivindicações. Elas são as mesmas do século passado: o plano de carreira e os salários, que é o que mobiliza a categoria docente. Hoje temos a presença dos planos de saúde incorporados às demandas da categoria docente e a proliferação de convênios com farmácias, academias e outras coisas, que os aproximam de um clube de serviços, deturpando a ideia de sindicato como uma instituição originada nos movimentos sociais. Aspectos ligados à qualidade de vida do trabalhador e do ambiente de trabalho ocupam uma posição secundária, junto com a saúde do trabalhador.

Avaliamos que os sindicatos se colocam de forma pouco propositiva em relação ao tema da saúde. “Apostam” na vitimização do trabalhador, despotencializando-os com um discurso que não apresenta saída, e pouco analítico. Nesse sentido, contribuem pouco com a capacidade de mobilização dos trabalhadores – inclusive subjetiva – em relação à questão da saúde. As pesquisas acadêmicas sobre o assunto não são incorporadas à altura, sendo enfatizados apenas os temas que estão na agenda sindical de modo geral, como burnout e assédio moral. Aliás, dois problemas que são fortemente vinculados a uma concepção de trabalhador-passivo; trabalhador-vítima, que não reage.

Para Pina *et al*<sup>30</sup> isso nos leva a refletir sobre o aparecimento no meio sindical de um assistencialismo de novo tipo, mais interessado na gestão de previdência complementar, planos de saúde, enfim interessado em oferecer serviços aos trabalhadores. Em outra perspectiva, Souza<sup>28</sup> nos mostra que há uma “*contradição existente na estrutura sindical em conciliar um plano de saúde privado com a luta pela saúde, criando, aparentemente, uma tensão entre o caráter individual e assistencial de um, e o caráter coletivo e emancipatório de outro, respectivamente.*” Ao vermos

sindicatos prestando um serviço que seria dever do estado, nos parece que é um indicador da *“desigualdade na estrutura social brasileira e o crescimento dos limites da cobertura assistencial privada estão a oferecer novas possibilidades de as organizações sindicais se colocarem na cena política”*<sup>30</sup>. Por outro lado, segundo Gomez e Lacaz<sup>31</sup>, o enfraquecimento dos movimentos sociais e dos sindicatos resulta na pouca atenção por parte do Estado, na instituição de políticas públicas direcionadas ao estudo e a prevenção do processo saúde-doença entre os trabalhadores. Isto é consequência do amainamento do pólo dos homens – não se trata da perda de combatividade, mas da desmobilização do de parte dos trabalhadores-, e enfraquecimento da política perante a pressão do poder econômico. É provável que no seu conjunto, esses fatores levem tanto ao aparecimento deste novo tipo de assistencialismo em alguns sindicatos, quanto ao equívoco de confundir saúde com a oferta de planos de saúde e assistência médica. Secundarizando, e até mesmo renegando a saúde do trabalhador como política social, e tema de lutas por políticas públicas de promoção da saúde.

Quanto à questão de gênero o fato de vermos poucas mulheres liderando as instituições sindicais, segundo estudo de Ferreira<sup>32</sup>, parece estar ligado ao fato de que a atividade sindical é tradicionalmente masculina, além do que mulheres que conquistam espaço na atividade sindical costumam assimilar a dinâmica masculina de poder. O lugar do homem, como quem lidera os negócios políticos, e da mulher subalternizada na atuação das instituições sociais, ainda não é apenas história do passado.

Não podemos deixar de fazer algumas observações particulares quanto aos sites do SINTEM/JP e do SEPE/RJ. O tratamento dado à temática da saúde nos sites indica que, apesar do esforço de uma parcela da diretoria do sindicato para garantir o desenvolvimento do Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas Públicas nas duas regiões e das diversas pesquisas acadêmicas sobre o assunto nesses locais, esta continua não sendo considerada prioritária. Cabe frisar, entretanto, que o SEPE elevou o status do departamento de saúde, que passou a ser secretaria, assim como registrou em seus estatutos o dever de atuação dos diretores na saúde do trabalhador, nas questões relativas a gênero, raça e etnia. Também disponibilizou uma cartilha de assédio moral, caracterizada de forma bem particular – vide trecho da cartilha contida no perfil do sindicato-, chamando atenção para o que sofrem os homens e o que sofrem as mulheres. Já no SINTEM/JP. Do mesmo modo, de acordo com

Silva<sup>29</sup>, no decorrer do Programa, o movimento sindical decidiu criar o Coletivo de Gênero, Saúde e Etnia, como parte da estrutura do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Município de João Pessoa - SINTEM. Segundo esses mesmos autores, essa experimentação resultou também na constituição de Comissões de Saúde em algumas escolas públicas, que vêm elaborando mapas de risco e realizando um monitoramento sistemático dos problemas de saúde dos trabalhadores (com vistas a implantar e consolidar um Observatório) em saúde, trabalho e gênero.

## Considerações Finais

Este estudo buscou analisar e compreender os sentidos, modelos e ideias construídos em torno do trabalho docente e a saúde, a partir de uma discussão sobre a questão das políticas públicas e do modo como os sindicatos disseminam informações sobre a temática. Procuramos construir um olhar inspirado na saúde coletiva, buscando um foco diferenciado para perscrutar a realidade em busca de pistas, uma nova abordagem utilizando a Internet como instrumento de pesquisa, acreditando que a rede mundial de computadores poderia ser uma experiência interessante e inovadora, para investigar e avaliar a disseminação do conhecimento no meio sindical, no nosso caso os docentes, bem como observar a capacidade de mobilizar e informar destas instituições.

Consideramos que o sindicato poderia ser a interseção entre os professores e o poder público quanto à construção de pautas reivindicatórias, e a efetivação de políticas sociais com consequências na instituição de políticas públicas, pois entendemos que a articulação entre os campos político e o movimento social, corresponde hoje a um grande desafio, diante das pressões por reforma e redução do Estado. Pressões originadas no campo econômico, em uma sociedade capitalista altamente dinâmica. A forma de tratar as políticas públicas muda a forma de regular a educação. A forma de regular a educação muda o regime de normas que governa as instituições de ensino público, trazendo problemas para a atividade docente, podendo produzir infidelidades, como diria Canguilhem<sup>6</sup>, no ambiente de trabalho.

Foi então que resolvemos estudar a arquitetura política que resultou na estruturação do sistema de educação pública. Conjugamos a esse debate a multidisciplinaridade na pesquisa em saúde coletiva, para analisá-la como fenômeno histórico, numa perspectiva processual e dialética. Assim buscamos meios para ler o que subjaz por detrás das burocracias públicas, e que podem trazer problemas ao exercício profissional nas escolas, e ao mesmo tempo refinar a leitura do que dizem – e quando dizem-, os sindicatos em seus sites.

Buscamos então investigar o protagonismo dos professores no sistema educacional, analisando a função da escola e seu valor social – ou civilizacional- e econômico. Fomos então, em busca de quem é o professor para a sociedade, e qual seu lugar na reprodução da sociedade contemporânea. Estudamos a noção de trabalho e como se construiu historicamente o trabalho docente.

Passamos a dissertar sobre o papel dos sindicatos como representantes dos professores. Frisamos que o sindicato se estrutura a partir de uma coletividade, qual seja, no nosso caso, a dos docentes. Essa categoria legitima sua pauta reivindicatória, demandando por políticas de lutas do sindicato, que estejam em acordo com suas demandas. Alguns sindicatos reconhecem, como vimos, a necessidade ou o entendimento – sempre é uma impressão-, de constituir lutas por políticas sociais. São as brigas por políticas sociais e a pressão da mobilização da categoria, que no caso da saúde, podem instituir políticas públicas que objetivem a promoção da saúde. Compreender a situação de trabalho nas escolas hoje e como se coloca a questão da saúde dos trabalhadores.

Queríamos compreender os sentidos produzidos pelas políticas públicas, pela própria forma que se construiu o trabalho docente (que evidencia o valor da educação em nossa sociedade), e pelos sindicatos, como representante dos trabalhadores em educação.

Ao longo do trabalho podemos perceber que os sítios, da maioria dos sindicatos, não informam muita coisa. Entretanto constatamos que existem sindicatos que enunciam a questão da saúde, de gênero, da defesa de um sistema público de saúde, e previdência pública. Outros possuem maior engajamento e melhor organização, e valem-se de parcerias com instituições de pesquisa para reforçar sua pauta de reivindicações diante dos gestores públicos. Está claro que o tema da saúde do trabalhador ainda é uma grande novidade. Uma limitação deste trabalho é que a análise sobre o tratamento dado pelos sindicatos à questão aqui discutida baseou-se exclusivamente nos sites. Numa lembrança ao dispositivo tripolar de Schwartz<sup>4</sup>, normas e valores (e seus sentidos) são propostos e instituídos pelas diversas instâncias que “cercam” o trabalho, incluindo a própria atividade com seu potencial de renormatização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ROCHA, ML; GOMES, LGW. Saúde e trabalho: a educação em questão. In: Milton Athayde; Jussara Brito; Maria Elizabeth Barros; Mary Neves. (Org.). *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer..* Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 2001, v. , p. 251-277.
2. GRUPO PESQUISA E INTERVENÇÃO EM ATIVIDADE E TRABALHO (PISTAS). (acessado em 02/Ago/2009).  
<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0039406AOXDITY>
3. BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. São Paulo, Bertrand Brasil/Difel, 1989.
4. SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. *Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana*. Rio de Janeiro - Niterói: EdUFF, 2007.
5. MINAYO, MCS. *O desafio da Pesquisa Social*. São Paulo: Hucitec, 2006.
6. COLLINGWOOD, RG. *A Ideia de História*, Lisboa, Editorial Presença, 8ª ed., 1994.
7. CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.
8. SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas e eficácias da atividade industrial. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 2(1):35-55,2004.
9. DEJOURS, C. *Cadernos de TTO, 2 – A avaliação do trabalho submetida à prova do real*; organizadores: Laerte Idal Sznclzar, Fausto Leopoldo Mascia; revisão técnica científica: Laerte Idal Sznclzar – São Paulo: Blucher, 2008.
10. BONALDI, CM. *Discutindo saúde: uma experiência no sindicato dos trabalhadores em educação pública do estado do Espírito Santo (SINDIUPES) [Dissertação de Mestrado]*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2004.
11. PASTORINI, A. *A Categoria Social em Debate*. São Paulo, Cortez, 2007.
12. OLIVEIRA, DA; GONÇALVES, GBB; MELO, SD; FARDIN, V; MILL, D. Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**. Consejo Mexicano de Investigación Educativa. Número 20, Vol IX, jan/mar/2004.
13. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v.1, 2002.

14. BARROS, MEB. A transformação do cotidiano: vias de formação do educador: a experiência da administração em Vitória/ES (1989-1992). Vitória: EDUFES, 1997.
15. DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
16. ELIAS, N. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
17. OLIVEIRA, DA. Regulações das Políticas Educacionais na América Latina e Suas Consequências para os Trabalhadores Docentes. Revista Educação e Sociedade, vol. 26, n.92. Campinas, 2005.
18. LEFEBVRE, H. Estrutura Social: A Reprodução das relações Sociais. In: FORACCHI, MM e MARTINS, JS (orgs.). Sociologia e Sociedade (Leituras de Introdução à Sociologia). São Paulo: LTC Editora, 2008.
19. ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. In Lua Nova, Revista de Cultura e Política, nº 24.
20. ROMANELLI, OO. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.
21. HORTA, JSB. Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970. São Paulo, Ed. Cortez, 1982.
22. SILVA, EF. Trabalhadores/as de Escola e Construção de uma “Comunidade Ampliada de Pesquisa”: A busca da promoção de saúde a partir dos locais de trabalho. Tese de Doutorado. ENSP, Rio de Janeiro, 2003.
23. ATHAYDE, M; BARROS, ME; BRITO, J e NEVES, MY – organizadores. Trabalhar na Escola? “Só Inventando o Prazer.” Rio de Janeiro, Edições IPUB/CUCA, 2001.
24. BARROS, MEB; HECKERT, ALC.; OLIVEIRA, SP. Um ‘novo’ desafio para o movimento sindical: a saúde como tema e estratégia – o caso dos docentes/ES. ANPED 2005.
25. PESSANHA, EC. Ascensão e Queda do Professor. São Paulo, Cortez, 1994.
26. GINSBURG, C. Mitos, Emblemas e Sinais. Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1989.
27. CADERNOS DE TEXTOS: PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE, GÊNERO E TRABALHO NAS ESCOLAS/Jussara Brito, Maria Yale Neves e Milton Athayde (orgs). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003

28. SOUZA, KR et al. A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. In *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4): 1057-1068, 2003.
29. SILVA, EF et al. A Promoção da Saúde a partir das Situações de Trabalho: Considerações referenciadas em uma experimentação com trabalhadores de escolas públicas. *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 2009. 1807-5762. 2009.
30. PINA, JA et al. Sindicalismo, SUS e Plano de Saúde. In *Ciência e Saúde Coletiva*, 11(3): 837-846, 2006.
31. MINAYO GOMEZ, C. & LACAZ, F.A.C. Saúde do Trabalhador: novas-velhas questões. In *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 797-807, 2005.
32. FERREIRA, MOV. Mulheres e Homens em Sindicato Docente: um estudo de caso. In *Cadernos de Pesquisa*, 34, n.122, maio/ago, 2004.
33. ANAIS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO – TRABALHOS COMPLETOS, in <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/>.